

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 102

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Atos da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 008/2002**

Data: 03 de julho de 2002.

SÚMULA:

Dispõe sobre a concessão de vale refeição aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores e funcionários do Quadro da Assembléia Legislativa o vale refeição, instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976.

Art. 2º - O valor do vale refeição concedido a cada servidor ou funcionário será de 1/2 (meio) salário mínimo e concedido mediante requerimento escrito do interessado, dirigido à Primeira Secretaria da Mesa da Assembléia Legislativa.

Art. 3º - A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa poderá expedir todos os atos necessários para a fiel execução desta resolução.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.07.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

LEI Nº 13.669

Data: 05 de julho de 2002.

SÚMULA:

Determina abono de faltas a servidores que participaram das manifestações que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica determinado o abono das faltas para os servidores públicos que fizeram manifestação pública nos dias 07 de abril de 2000, 06 de abril de 2001 e 30 de agosto de 2001.

Art. 2º - Com o referido abono, as faltas serão retiradas dos assentamentos funcionais e não prejudicarão as promoções diagonais por merecimento, nem qualquer outro direito funcional, devendo, inclusive,

servir de parâmetro para a correção de promoção já concedida.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.07.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

LEI Nº 13.670

Data: 05 de julho de 2002.

SÚMULA:

Institui o programa de incentivo ao produtor de algodão no Paraná - Paraná + Algodão, cria o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - Fungodão, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Incentivo à Produção e à Industrialização do Algodão do Paraná - Proalpar, vinculado à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico - SEID, que tem como objetivo dinamizar o processo de industrialização do algodão produzido no Estado do Paraná, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimentos públicos e privados, oferecendo incentivos às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.

Art. 2º - O candidato interessado em integrar-se no programa, a que se refere o artigo 1º, e nos benefícios decorrentes desta lei, deverá observar como pré condições mínimas de instalação e de processamento, o seguinte:

I - manutenção do programa de treinamento e qualificação de mão-de-obra, por conta própria ou em convênio com terceiros;

II - comprovação de regularidade de suas obrigações para com o fisco estadual inclusive quanto à existência de débito inscrito em Dívida Ativa.

Art. 3º - As indústrias que atenderem as pré condições, definidas no artigo 2º, será concedido um crédito fiscal relativo ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nos seguintes percentuais:

I - na saída do produto da indústria de fiação e tecelagem: 80% (oitenta por cento) do ICMS devido;

II - na saída do produto da indústria de confecção: 85% (oitenta e cinco por cento) do ICMS devido;

III - na saída da pluma de algodão para outros estados: 75 (setenta e cinco por cento) do ICMS devido.

§ 1º - Quando as atividades das indústrias mencionadas nos incisos I, II e III forem exercidas pelo mesmo estabelecimento, aplica-se o benefício proporcionalmente às saídas de produtos.

§ 2º - A fruição do benefício previsto no *caput* deste artigo, implica renúncia ao aproveitamento de quaisquer outros créditos do ICMS, inclusive aqueles relativos à entrada de matérias-primas e insumos da produção.

Art. 4º - O Proalpar terá duração mínima de 06 (seis) anos devendo ser reavaliado a cada 2 (dois) anos pelos representantes das entidades componentes do Programa Paranaense de Desenvolvimento Agroindustrial, no que concerne ao atendimento dos objetivos previstos no artigo 1º desta lei, que emitirá parecer indicativo ao Poder Concedente, sobre a conveniência de suas continuidades ou não.

§ 1º - A primeira reavaliação, independente do transcurso do prazo fixado no *caput* deste artigo, deverá ser efetuada até 30 de dezembro de 2003.

§ 2º - As indústrias que tiverem seus projetos aprovados ou cadastrados no Proalpar, durante a vigência desta lei, ficam assegurados os incentivos previstos no artigo 3º desta lei, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do início das operações.

§ 3º - O cadastramento e o credenciamento no Proalpar serão realizados junto ao Programa Paranaense de Desenvolvimento Agroindustrial, na forma definida no regulamento desta lei.

Art. 5º - Poderão ser beneficiárias do Proalpar as indústrias, pessoas jurídicas, regulares e com inscrição no Cadastro de Contribuintes que requeiram os benefícios fiscais tratados nesta lei e que atendam as pré condições mínimas definidas no artigo 2º desta lei e desde que, expressamente, concordem com a obrigação estatuídas no artigo 6º desta lei.

Art. 6º - Não será concedido, e poderá ser suspenso, o incentivo previsto nesta lei às indústrias que deixarem de atender ao disposto nos artigos 2º e 7º.

Art. 7º - Do valor do crédito fiscal previsto no artigo 3º desta lei, 40% (quarenta por cento) deverá ser recolhido para apoiar os produtores e 10% (dez por cento) para a pesquisa do algodão.

Art. 8º - Os benefícios estabelecidos nesta lei, aplicam-se, também, na hipótese de ampliação de plantas existentes.

Art. 9º - O Poder Executivo editará as normas complementares necessárias ao fiel cumprimento desta lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.07.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2002

SÚMULA:

Aprova encaminhamento de proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional, na forma do artigo 60, III, da Constituição Federal de 1988.

Data: 27 de junho de 2002.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica aprovado a proposta de Emenda à Constituição Federal de 1988, constante do anexo I.

Art. 2º - Este decreto legislativo, entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

ANEXO I

Projeto de Emenda Constitucional nº

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º, do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O artigo 18, parágrafo 4º, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18 -...

§ 4º - A criação, a incorporação, a fusão e desmembramento de municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual até 18 (dezoito) meses antes da realização das eleições municipais e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população das áreas diretamente interessadas, após a divulgação dos estudos de viabilidade municipal a serem apresentados e publicados na forma da lei complementar estadual".

Art. 2º - Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvados os direitos dos municípios criados após 1996.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
Ata DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE AGOSTO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Pastor Edson Praczyk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Nós vamos deixar para colocar em votação a Ata posteriormente à homenagem à Polícia Militar, por solicitação do deputado Ângelo Vanhoni nós vamos conceder a palavra ao presidente da APP - Sindicato, professor José Lemos.

O SR. JOSÉ LEMOS (Presidente da APP/Sindicato)

Quero inicialmente cumprimentar todos os deputados e deputadas presentes, e os trabalhadores da educação pública do Paraná. É em nome deles que falo, aqui nesta tribuna, porque acreditamos que esta Casa pode resolver várias pendências criadas pelo secretário da Administração, da Educação do Governo Jaime Lerner, fazendo resoluções, decretos ou então derrubando vetos apostos a algumas leis que são do interesse da educação e dos educadores.

Queremos que esta Casa derrube o veto da lei aprovada, aqui, por unanimidade, que estendeu aos aposentados a gratificação de R\$100,00, porque isso para nós é fundamental, garante a isonomia, garante o cumprimento da Constituição. E mais do que isso, garante um direito que o nosso aposentado tem, de ter o reajuste, ou de qualquer benefício quando o da ativa tem. Aos funcionários também nós queremos a derrubada de vetos que são do nosso interesse no projeto de lei que criou o QPP.

E também queremos receber o nosso abono de 1/3 de férias, previsto para receber em janeiro. A Legislação assim determina, a Justiça nos concedeu esse direito, transitou em julgado, não há como o Estado recorrer. Portanto, é preciso o cumprimento da Constituição e também da Ordem Judicial pagando imediatamente as nossas férias devidas do ano de 2001.

Nós também temos um grave problema com 2000 educadores, chegando a 300 mil servidores enquadrados pela Lei nº 10219, regulamentada pela Lei Complementar nº 75 de autoria do governador Jaime Lerner, que não está sendo observada pelo secretário da Administração. Tínhamos 17 professoras aposentadas, desse grupo apelidado de fundão, e que tiveram suas aposentadorias cassadas. Três professoras estão convalescendo sobre a cama, não têm como lecionar e três professoras faleceram, não deixando pensão para os dependentes. Nem a morte nos livra desta maldade.

Portanto, queremos o cumprimento do que está estatuído em Lei. Lei nº 10.219/92, aprovada por unanimidade por esta Casa, sancionada pelo governador da época e que está em vigor a Lei Complementar nº 75, também aprovada por esta Casa por unanimidade e também sancionada pelo governador Jaime Lerner no dia 11 de janeiro de 95, que não estão sendo respeitadas pelo secretário da Administração, inclusive, o Tribunal de Contas fez um acordão muito bonito, de autoria do atual presidente Rafael Iatauro, determinando aposentadoria da professora Leoni Terezinha Mel, que o secretário da Administração se recusa em publicar. Nós também estamos querendo o cumprimento da Lei Complementar nº 77, que garante o avanço para o nível 7, para portadores de diplomas de especialização e de pós-graduação. Nós temos aproximadamente dois mil educadores com esses diplomas, reconhecidos pela Procuradoria Geral do Estado, algumas ações na justiça também ganhamos e que por força de uma resolução, que é a Resolução nº 100/98, de autoria do secretário da Administração, conjunta com o secretário Ramiro da Educação da época, alterou a Lei Complementar nº 77.

Não poderia o secretário da Educação, por resolução, alterar as regras para o avanço. Tanto que os professores tiveram o avanço em 96, 97, com a Lei Complementar nº 77, também aprovada por esta Casa por unanimidade, de autoria do governador Jaime Lerner e sancionada por ele, está em vigor, portanto a resolução não pode prevalecer, ela tem que ser suspensa e nós acre-

ditamos nesta Casa para fazer a suspensão dessa resolução que fere a lei.

Nós também temos outra Resolução que é a 3357, ela impede que a gente continue contribuindo para a Previdência nas aulas extraordinárias e também na gratificação de 505 do ensino especial e no TID para o diretor da escola. Não tendo essa contribuição previdenciária recolhida, não pode depois o professor levar na aposentadoria esse benefício. Portanto, essa resolução fere leis, como o Estatuto do Magistério que é de 76, fere também a Lei Complementar nº 34/86, que disciplina a aula extraordinária, fere também a Constituição que determina que todo o vencimento, tem que incidir sobre ele, recolhimento previdenciário para que depois possa ser contabilizado na aposentadoria.

Nós também queremos a suspensão da Resolução nº 2618, que proíbe a oferta do 1º grau regular noturno, resolução já cassada pela Justiça em Mandado de Segurança concedido à APP, nós ganhamos a liminar e ganhamos no mérito.

Então, queremos que esta Casa também se pronuncie aprovando decreto legislativo, suspendendo essa resolução que beneficia o povo do Paraná.

A Resolução nº 2617, de autoria também da secretária Alcyone Saliba, reduziu a grade do ensino médio de 24 aulas para 20, introduzindo os projetos interdisciplinares que não exige a frequência do aluno à escola. Ora! Fere a LDB, portanto, conseguimos ganhar no mérito essa ação na justiça.

Queremos que esta Casa também suspenda essa resolução porque é do interesse público que o aluno frequente no mínimo 800 horas presenciais na escola pública, inclusive noturno, porque a modalidade é regular e só pode deixar de frequentar na modalidade à distância, não é o caso. Portanto, a justiça nos concedeu esse Mandado de Segurança no mérito e nós queremos que esta Casa também suspenda essa resolução porque ela prejudica os educadores do ensino médio do Paraná.

Também nós queremos a suspensão da Resolução nº 68 de autoria da secretária Alcyone Saliba que obriga doentes com atestado médico quando volta à escola ter que repor o dia que estava doente, com atestado médico! Isto é algo que contraria a legislação vigente, contraria a Constituição. Não pode prevalecer essa resolução, há de ser suspensão, até por isonomia, os demais servidores do Estado do Paraná, não tem que repor o dia de trabalho quando estão doentes, mas os professores sim. É humilhante porque o professor tem que ir no sábado quando o aluno não vai à escola, e aí tem que ficar lá dentro horas, como se tivesse aluno para repor o dia que estava doente. Isto é perverso, não pode mais continuar e nós queremos o apoio desta Casa.

E a hora atividade que nós temos o amparo na lei federal que delegou ao Conselho Nacional de Educação a tarefa de regulamentar isto. Regulamentou na resolução nº 3/97 determinando que no mínimo 20% da carga horária do professor do Brasil, seja ele da rede particular ou

pública, tem que ter no mínimo 20% de hora atividade, reduzindo a carga horária dele na sala de aula, ele fica na escola com 20% desse período para preparar os trabalhos, as provas, e para fazer a correção dos trabalhos e a correção as provas. Portanto, para que ele não faça da sua casa uma extensão da escola. E aí nós vamos acabar com o trabalho escravo, porque ele é obrigado a fazer esse trabalho e não recebe por isso. E esta hora atividade teve o acolhimento da presidência da Assembleia deputado Hermas Brandão, que esteve conosco na negociação do dia 24, e nós queremos o apoio de todos os deputados a esse projeto que leva a autoria do deputado Hermas Brandão que é muito importante para nós, para que nós possamos começar o ano de 2003 com 20% de hora atividade. Isto é muito importante para nós educadores, e é importante para o aluno que terá aula com melhor qualidade. E também abre 600 novas vagas no Estado do Paraná.

Para finalizar nós temos o nosso plano de carreira que tramita nesta Casa já há quatro anos e há três em regime de urgência. Queremos o apoio dos deputados porque ao aprovarem o nosso plano de carreira com certeza quase todas as nossas preocupações estarão resolvidas porque ele é completo.

Portanto, finalizo aqui agradecendo a atenção dos deputados e dos demais presentes nesta Casa; agradecer o espaço que a APP sempre teve nesta Casa de Leis, agradeço em nome de mais de cento e vinte mil educadores do Estado do Paraná que hoje estão na rede pública representado aqui por mim como presidente da APP-Sindicato. Portanto, estamos esperançosos de que esta Casa acolherá as nossas propostas.

Queremos paz no magistério do Paraná.

Eu quero finalizar lembrando Paulo Freire que nos ensina que com educação não se resolve tudo, mas sem educação não se resolve nada.

Obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Deputado Hermas Brandão, nosso presidente, ao saudá-lo cumprimento toda a Mesa Executiva.

Antes de me dirigir ao nosso presidente da APP gostaria de fazer uma saudação aqui ao comando da nossa gloriosa Polícia Militar e extensiva a todos os seus membros. É uma satisfação vê-los aqui numa data comemorativa e numa Sessão Solene que aqui teremos.

Senhor presidente, primeiro lhe dirijo uma pergunta se V. Exa. já tem determinado o dia em que será colocado a apreciação do veto do governador no projeto do Quadro Geral do Estado?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós estamos aguardando que a Comissão de Constituição e Justiça se manifeste, a comissão deveria hoje distribuir esse veto, vou esperar que o deputado que foi designado como relator forneça o seu parecer e logo em seguida nós teremos condições de colocar em votação aqui nesta Casa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Perfeitamente. Eu gostaria de fazer um registro público ao presidente da APP. O senhor falava da aceitação das propostas da APP. Elas foram aceitas tanto que foram aprovadas aqui. As emendas foram aprovadas. Aprovadas as emendas o governador vetou. Se os deputados que aqui aprovaram mantiveram o seu voto, a APP terá sua vitória.

No meu caso, digo a todos os professores que vou manter o meu voto das emendas que assinei e ajudei a aprovar. Portanto, estarei votando a favor dos professores para derrubar o veto do governador.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, hoje pela manhã os professores reunidos no Plenarinho desta Casa, junto com os deputados: Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Ademir Bier e a deputada Luciana Rafagnin, discutimos as reivindicações que a APP está apresentando. Temos a intenção de, na semana que vem, colocar em votação 5 projetos de decreto legislativo que suspendem portaria e resolução da secretária da Educação Alcyone Saliba. Por entender que essas portarias ferem direitos, não somente da Educação do Estado do Paraná, mas sobretudo dos servidores públicos do nosso Estado.

Gostaria de fazer uma pergunta à Mesa Executiva no ponto de vista regimental. Fiquei sabendo que hoje a CCJ não deu quórum, não se reuniu. Essa situação pode continuar. Amanhã pode não dar quórum. Semana que vem pode não dar quórum, e o Plenário da Assembléia ser obrigado a apreciar os projetos que já foram relatados e aprovados na comissão. A minha pergunta é a seguinte: para o veto que retira o abono de 100 reais aos aposentados, para o veto apostado pelo governador no Quadro Geral dos Servidores do Estado do Paraná, é possível o Plenário desta Casa aprovar um regime de urgência? Porque vinte e quatro deputados vão apresentar esse pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar V. Exa. que para veto não há regime de urgência. Mas vamos fazer um apelo ao presidente da CCJ que convoque uma Sessão Extraordinária da CCJ, designem um relator e que o relator nos dê o seu parecer para que possamos, nos próximos dias, colocar em votação aqui no plenário.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, interessa aos servidores do Magistério, sobretudo àqueles que são atingidos pelos vetos do governador, que o Plenário da Assembléia se manifeste. Seja para sim ou para não, mas que se manifeste. Urge que a CCJ encaminhe o parecer e que o projeto seja mandado ao Plenário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos cobrar da Comissão de Constituição e Justiça.

Agradecemos ao presidente da APP - professor José Lemos, aos professores que nos visitam.

Agora quero convidar o secretário José Tavares para fazer parte da nossa Mesa e o coronel da Polícia Militar Gilberto Foltran também.

Convido todos a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro, a ser executado pela banda de Música da Polícia Militar do Estado do Paraná e cantado pelo Coral Paraná.

(Executado o Hino Nacional Brasileiro)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Edno Guimarães, para que proceda à leitura dos termos da placa em homenagem à Polícia Militar, aprovado por unanimidade por este Poder Legislativo, por ocasião do seu 148º (centésimo quadragésimo oitavo) aniversário de criação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)

(Procede à leitura dos termos da placa em homenagem à Polícia Militar)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de procedermos à entrega, gostaria de convidar o Exmo. Sr. General de Divisão Luiz Carlos Minussi, comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército a tomar parte aqui em nossa Mesa também.

Solicito ao Exmo. Sr. deputado Algaci Tulio, para que proceda à entrega da Placa, juntamente com o secretário José Tavares.

(Aplausos)

Solicito ao 1º secretário que proceda à leitura dos termos dos certificados a serem entregues ao comando do Corpo de Bombeiros, ao comando do Policiamento da Capital, ao comando do Policiamento do Interior e ao "Proerd-Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência".

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)

Termos de Certificado:

"Assembléia Legislativo do Estado do Paraná.

A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por proposição do ilustre deputado Algaci Tulio e aprovado pelo douto Plenário, manda lavrar nos Anais desta Casa de Leis, voto de congratulações pelos seus 148 anos de serviços prestados pelo comando do Corpo de Bombeiros ao Estado do Paraná; comando do Policiamento da Capital e do Estado do Paraná; comando do Policiamento do Interior do Estado do Paraná, Proerd-Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência ao Estado do Paraná.

Curitiba, 06 de agosto de 2002.
 Presidente Hermas Brandão.
 Deputado Algaci Tulio”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a hora de convidar o Exmo. Sr. General de Divisão Luiz Carlos Minussi para fazer a entrega dos respectivos certificados ao Comandante da nossa Polícia Militar, coronel Gilberto Foltran.

(**Aplausos**)

Teremos agora, pelo Coral e pela Banda da Polícia Militar, a Execução do Hino da Polícia Militar do Paraná.

(**Execução do Hino da Polícia Militar do Paraná**)

Esta presidência concede a palavra ao Exmo. Sr. deputado Algaci Tulio que, em nome deste Poder Legislativo, saudará a valorosa corporação da Polícia Militar do Paraná, pelo 148º Aniversário.

O SR. ALGACI TULIO

“Existem homens que lutam um dia e são bons; existem outros que lutam um ano e são melhores; existem aqueles que lutam muito mais e são muito bons, porém, existem os que lutam toda a vida. esses são imprescindíveis”.

Senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão; senhor secretário da Segurança Pública, José Tavares; senhor comandante da 5ª Região Militar, general de divisão Luiz Carlos Minussi, comandante da 5ª Região Heróis da Lapa; senhor comandante da Polícia Militar, coronel Gilberto Foltran; senhores deputados Edno Guimarães e pastor Edson Praczyk - ainda presentes nesta sessão; secretário da Agricultura e do Abastecimento, Deni Schwartz; senhor Leonial Ribeiro, diretor da Polícia Civil; Rubens Brustolin, representando a Federação do Comércio Verejista; João Coptovik, Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná; Ivaldo Marquesi, comandante do Corpo de Bombeiros; senhor cônsul da Síria; demais autoridades presentes; senhores parlamentares; caríssimos professores; nossos amigos e amigas do Coral Paraná, e imprensa:

(**Lê**):

“Estamos realizando esta Sessão Especial Comemorativa em homenagem aos 148 anos da Polícia Militar do Paraná, cujo aniversário será no próximo dia 10 de agosto (sábado). Na Sessão de hoje, honrosamente contamos com a presença dos mais altos escalões da Corporação.

Merece e muito, que se parabeneze a Polícia Militar do paraná, e a cada um de seus integrantes;

Merece, pela destacada atuação do passado, mestre valioso em ofertar lições de mérito para o presente e o futuro;

Merece os nossos parabéns pelos heróis que a compuseram, como exemplo Gualberto, Dulcídio, Carneiro, Sarmento, homens que seguiam os exemplos de heróis Nacionais do passado como Tiradentes e Caxias, pois se muitos não sabem, Caxias, entre suas muitas missões, comandou a Polícia Militar do Distrito Federal, a mais antiga do Brasil, criada em 13 de maio de 1809, com o nome de Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, origem moderna das Polícia Militares no Brasil, e também ao Exército Brasileiro.

No Paraná, em 1853, após o desmembramento, em 19 de dezembro, pela Lei nº 07, em 10 de agosto de 1854, criava-se Companhia da Força Policial.

Nomeava-se, então, o Capitão do Exército Nacional Joaquim José Moreira Mendonça como primeiro Comandante Geral. A PM iniciava sua vida composta por apenas um oficial e 67 praças.

Desde os primórdios o alicerce da PM foi “assegurar a paz pública e auxiliar a justiça”, competindo-lhe, de acordo com a legislação vigente, a prisão de criminosos, patrulhamentos e rondas nas cidades, vilas, estradas, além de outras diligências. Ao Comando, cabia, ainda, a responsabilidade de todos os destacamentos do interior da Província, como previa o artigo 1º da Lei nº 07, passando seus integrantes a realizar, diuturnamente, o policiamento ostensivo e a desempenhar, cumulativamente, as atividades de polícia judiciária.

A partir daquela data o Paraná passou a conhecer e respeitar a importância dos “Policiais Militares” e, ao longo dos anos a Corporação foi ganhando novas denominações.

- Corpo Policial da Província do Paraná, em 1874;
- Regimento de Segurança do Paraná, em 1892;
- Força Militar do Estado, em 1917,
- Polícia Militar do Estado do Paraná, em 1946.
- Polícia Militar do Paraná, em 1976.

Não se pode deixar de destacar os momentos históricos de relevada importância, dos quais seus integrantes participaram;

- Guerra do Paraguai, em 1865, como Corpo dos Voluntários da Pátria;
- Revolução Federalista, ativamente, de 1893 a 1894, com principal atuação no Cerco da Lapa, em defesa do Regime Republicano;
- Campanha do Contestado, de 1912 a 1915, voltando a combater nos sertões de Palmas, junto às Forças Armadas, com o objetivo de assegurar a ordem e a tranquilidade da região;
- Revolução de 1924, novamente em combate contra as forças revolucionárias paulistas;
- De 1926 a 1927, com votos combates contra os jagunços em Correias e Bandeiras, nas proximidades de Catanduvas, sendo eles liderados pelo caudilho Fabrício Vieira;
- Em 1930 a Polícia Militar participava das obras revolucionárias de um novo regime de ordem, moralidade e reorganização de nossa Pátria; e

- Em 1932 a Corporação constitui a “Coluna Plaisant”, com a finalidade de combater as forças rebeldes paulistas que guarneciam a Capela da Ribeira, onde sucederam-se vários avanços e conquistas.

No acervo histórico da Polícia Militar do Paraná figuram belas páginas que no dia-a-dia são escritas sobre as ações eficientes e bravas de policiais militares que legam à Corporação as mais dignas referências de suas trajetória.

Na década de 80 a Polícia Militar do Paraná torna-se referência para o mundo com o Sistema Modular de Policiamento Urbano, os módulos, primeira experiência de colocar o policial junto a comunidade, 24 horas por dia.

Na década de 90 o Siate, (Serviço Integrado de Atendimento aos Traumas e Emergências) atendimento pré hospitalar do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar torna-se referência para o Brasil.

Quando a insurreição abalou as polícias militares brasileiras, mais uma vez o Paraná foi exemplo, e o modelo de cooperação e atuação da PMPR são referências nacionais, as áreas unificadas de atendimento operacional da polícia militar e da polícia civil levam mais segurança aos curitibanos, e a experiência logo se espalhou pelo Brasil.

No terceiro milênio, a alta tecnologia é posta a disposição da população para um trabalho racional da Polícia Militar, todas as ocorrências e chamamentos da população são cadastradas no SisCop, (Sistema de Controle Operacional) e servem de base para a atuação policial.

O 190 agrega todas as chamadas de emergências, o Cine (Central Integrada de Emergência) é mais uma experiência inovadora posta a disposição de Curitiba e Região Metropolitana.

O calçadão da Rua XV, a primeira rua de pedestres do Brasil, hoje é totalmente monitorada por câmeras numa cooperação Prefeitura Municipal de Curitiba e PMPR, o que já garantiu uma redução em 68% nos crimes.

A Polícia Militar é uma repartição pública inteiramente desburocratizada. A única presente em todos os 399 municípios do Paraná.

O cidadão tem acesso imediato aos seus serviços a um simples aceno ou através de fone 190, que é gratuito.

Todo cidadão é credor dos serviços da Polícia Militar. O próprio infrator, ou mesmo o delinquente, não é visto como um “inimigo”, mas como um membro da comunidade a ser tratado de conformidade com a lei. O criminoso não é “algo”, é alguém, é cidadão. É titular de direitos que incumbe à Polícia respeitar e assegurar contra agressões por terceiros.

Eu pessoalmente sou testemunha da importância da Polícia Militar nos momentos que mais se exigiu sua ação. Nos meus 45 anos de homem de imprensa, convivi diuturnamente com os membros dessa Corporação. Vivenciei bons e maus momentos pela atuação de seus

componentes - porém o saldo de sua atuação foi sempre muito positivo, pois a PM sempre trabalhou buscando o efetivo aperfeiçoamento de sua atuação.

A modernização que hoje é peculiar em todas as áreas também chegou à PM, especialmente a partir do momento em que ela passou a ser comandada por Oficiais da própria corporação. Isso deu-se em 1983, quando da desvinculação do comando do exército. O primeiro Comandante Geral após a era revolucionária foi o Comandante Raul Victor Lopes (que foi também deputado estadual no período de 1986 a 1990). Isso propiciou uma maior abertura não só com a comunidade mas também com a imprensa, quando criou-se a 5ª Seção (que é o Setor de Comunicação da PM).

Dali para cá sucederam-se as trocas de comandos, propiciando com isso que o homem de carreira da PM almejassem o posto mais alto da Corporação: o Comando Geral.

A Polícia Militar é a garantia das liberdades públicas e a verdadeira defensora dos Direitos Humanos.

Em sua fase mais visível atua na prevenção ao crime, no socorro público e na pedagogia da cidadania.

Seus projetos sociais de atendimento a criança e ao adolescente, são exemplos para toda a sociedade. Destacamos entre eles o Proerd-Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência, que é aplicado em escolas públicas e particulares, destinado a crianças que estão na 4ª série do ensino básico, ao longo de um semestre letivo.

Constitui-se em uma das mais importantes estratégias da prevenção da criminalidade, onde a equipe institucionalizada; família, escola e polícia militar, utiliza-se da educação com justiça social, dentro de um contexto de responsabilidade para fazer o amanhã promissor.

Testemunhei ao longo de 30 dias as formaturas de cerca de mais de dez mil jovens dentro deste programa, em Curitiba, Região Metropolitana e Litoral. A frase que norteia o Proerd “Ensina à criança o caminho em que deve andar e até quando envelhecer não se desviará dele” demonstra a essência do programa, que vem alcançando excelentes resultados.

É importante também destacar a qualidade da formação de oficiais e praças na Academia Policial Militar do Guatupê, que é uma referência para o Brasil e para o exterior, pois ali são atendidos jovens de todas as partes do Brasil e até de outros países. Suas instalações muito bem estruturadas permitem que se ministrem ali aulas para 600 alunos ao mesmo tempo, atendendo suas necessidades de alimentação e moradia.

Destacamos ainda o Colégio da Polícia Militar, declarado estabelecimento de ensino modelo de 1º e 2º Grau que hoje conta mais de 1400 alunos, divididos em três turnos.

O Comando de Policiamento da Capital-CPC é o órgão responsável pela supervisão, fiscalização, direção e controle de todas as atividades de policiamento ostensivo na cidade de Curitiba e Região Metropolitana. Atual-

mente conta com 4281 policiais para as atividades de radiopatrulhamento, policiamento ostensivo a pé, policiamento a cavalo, patrulha escolar, policiamento comunitário, policiamento de trânsito, policiamento em estabelecimentos prisionais e policiamento de choque.

Policiamento montado - O Regimento da polícia montada é uma das mais tradicionais companhias do nosso Estado, criada oficialmente em 1879. Atuou em importantes campanhas históricas do nosso Paraná como Revolução Federalista, Campanha do Contestado, Revolução de 1924 e o memorável Cerco da Lapa. Atualmente chama-se Regimento Coronel Dulcídio e realiza policiamento a cavalo em locais de difícil acesso às viaturas, além de atuar em shows, grandes aglomerações e distúrbios civis.

Policiamento de trânsito - tem a missão de executar a fiscalização, policiamento ostensivo e controle do trânsito, orientando e auxiliando a fluidez do tráfego, fazendo policiamento em semáforos, atendimento à ocorrências de trânsito, policiamento em eventos especiais e escoltas.

- **Policiamento de guarda** - responsável pela segurança interna e externa em estabelecimentos prisionais do Estado, além da segurança de órgãos e instituições estaduais, consulares e de autoridades estrangeiras em visita ao Paraná.

- **Policiamento de choque** - atua preventiva ou repressivamente em locais onde ocorram perturbações da ordem pública. Aqui citamos ainda a Rone - Ronda Ostensiva de Natureza Especial, com patrulhamento motorizado especial visando a repressão e prevenção da criminalidade em apoio aos Batalhões de Área e o COE-Comando de Operações Especiais - grupo em contínuo treinamento com técnicas internacionais para atuar de forma rápida em missões que exigem técnicas e táticas antissequestro, desarme de bombas e engenhos explosivos, resgate de acidentados e perdidos em locais de difícil acesso.

Ainda subordinado ao policiamento de Choque está o Canil, onde animais estão preparados para enfrentar missões junto com a corporação.

O Comando de Policiamento do Interior - CPI é o órgão responsável pelas atividades em todo o interior do nosso Estado, atendendo 376 municípios. O CPI está distribuído em quinze Batalhões, duas companhias independentes e dois Batalhões especializados; Batalhão de Polícia Florestal e Batalhão de Polícia Rodoviária.

O Batalhão de Polícia Florestal tem por missão a fiscalização, preservação e guarda do nosso meio ambiente, além de possuir diversas ações de caráter educativo às populações que estão em sua área de atuação, atingindo escolas, grupos de escoteiros e outros segmentos da sociedade.

O Batalhão de Policiamento Rodoviário efetua policiamento ostensivo nas rodovias estaduais e federais delegadas, através dos serviços de fiscalização e controle do trânsito, instruindo e orientando os usuários.

Comando do Corpo de Bombeiros - atua nas atividades da defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamento e socorros públicos. Visa salvaguardar a vida e a propriedade do cidadão, através da prevenção, atendimento em situações afletivas e de serviços de caráter social. O corpo de bombeiros está presente no Siate - Sistema Integrado de Atendimento a Traumas de Emergência que, como já dissemos, é referência para o Brasil.

Não podemos deixar de citar o Grupamento Aéreo que atua no apoio a todas as unidades de policiamento, facilitando as ações de combate ao crime, perseguições policiais, localização de fugitivos, acompanhamento de eventos e patrulhamento preventivo.

E não podemos deixar de falar ainda na mulher dentro da corporação Policial Militar. Elas atuam no policiamento ostensivo normal e em especial no Aeroporto Afonso Pena, além de participação expressiva na patrulha escolar e do policiamento de guarda junto ao presídio feminino. Por sua característica tem grande destaque em projetos junto à comunidade, principalmente em atividades de combate ao uso de drogas junto à crianças e adolescentes.

Quero ainda citar a Banda da Polícia Militar, que tantas vezes abrilhantou eventos solenes nesta Casa, atualmente composta por um oficial e 50 praças, tendo sido classificada como a melhor banda de música do país, além de receber diversas honrarias.

Quero destacar ainda a Agência Central de Inteligência da Polícia Militar - a PM2 que muito tem auxiliado esta Casa de Leis nos trabalhos das CPIs aqui instaladas.

Por isso tudo e muito mais que representa a nós paranaenses a gloriosa corporação da Polícia Militar do Paraná, esta Casa, como nos anos anteriores não poderia ficar alheia a esta importante data comemorativa, pois poucas são as oportunidades em agradecer esse enorme contingente de homens e mulheres que compõe a briosa Polícia Militar, por isso é que reafirmo, pelos seus 148 anos no Paraná, merece os nossos parabéns!

Salve a Polícia Militar do Paraná!

(Apresentação do Coral)

O SR. SENHOR PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É com a máxima satisfação que concedo a palavra ao Exmo. Sr. Coronel Gilberto Foltran, comandante geral da Polícia Militar do Paraná.

O SR. GILBERTO FOLTRAN

Exmo. Sr. deputado Hermas Brandão, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. secretário da Segurança Pública, Dr. José Tavares; Exmo. Sr. General de Divisão Luiz Carlos Minussi, comandante da 5ª Região Militar - 5ª Divisão do Exército; deputado Edno Guimarães, deputado Edson Praczyk, senhores deputados, secretário Deni Schwartz, da

Agricultura, cônsul da Síria, Dr. Abdul Abbage; Dr. Leonil Ribeiro, delegado geral da Polícia Civil; Iracema Lourdes de Bona Foltran, presidente da Cruzada Social Cosme e Damião, minha dileta esposa, companheira de todas as horas; Dr. Rubens Brustolin, presidente da Federação da Indústria e do Comércio; Dr. Roberto Lobo, diretor-geral da Secretaria de Segurança Pública; Dr. João Kubtoski, juiz do Tribunal de Alçada; secretário da Defesa Social, coronel Sanderson; meu prezado amigo Ramatis, promotor de Justiça e Coordenador da PIC; meu prezado amigo Dr. Akel, presidente da Mineropar; senhores convidados, digníssimos oficiais da Polícia Militar, digníssimos praças, senhoras e senhores.

(Lê): “A Polícia Militar do Paraná sente-se honrada com a homenagem hoje prestada por esta Casa de Leis, demonstração inequívoca do respeito e reconhecimento dos senhores parlamentares à nossa instituição.

Desde a sua criação, aos dez dias de agosto do ano de 1854, a Polícia Militar vem escrevendo a sua história de amor e consideração ao Paraná, defendendo a sua gente, muitas vezes, com o sacrifício da vida dos seus integrantes.

Os briosos milicianos desta centenária Instituição possuem como característica a luta com afinco e extrema dedicação às causas da segurança pública. Porém, apesar de todos os esforços, a violência é presente em nosso meio, ceifando vidas e dilapidando o patrimônio, amealhado com tanto suor e trabalho.

Muito se tem discutido a respeito das medidas de segurança que devem, ou deveriam ser implementadas para a diminuição da criminalidade, dentre as quais destacamos:

- políticas públicas que permitam que o cidadão menos afortunado tenha acesso à saúde, à educação e à moradia;
- mais empregos que possibilitem às pessoas um mínimo de conforto a elas e aos seus dependentes;
- estrutura carcerária que albergue o infrator para o cumprimento da pena, em condições mais humanas, dando-lhe um tratamento adequado que, efetivamente, permita-lhe reintegrar-se ao convívio social;
- que os órgãos que integram a segurança pública, em particular a Polícia Militar, possuam efetivos em número suficiente e compatíveis com a população e que esses efetivos recebam salários justos para que os homens e mulheres que a integram, antes de darem segurança aos seus concidadãos, possam dá-la aos seus familiares;
- equipamentos modernos e treinamento adequado aos seus integrantes a fim de desenvolverem suas atividades com a eficácia esperada; e
- reforma dos códigos penal, processual penal e da Lei de Execuções Penais.

A segurança pública necessita, enfim, do apoio irrestrito de todos e principalmente daqueles que têm a responsabilidade de ditar e executar as políticas públicas direcionadas aos mais diferentes interesses do nosso

povo, mas é fundamental que se passe do discurso para a prática!

A Polícia Militar, por tributo de justiça, reconhece os imensos esforços que o governador Jaime Lerner e o secretário de Segurança Pública, Dr. José Tavares, têm feito em prol da modernização e do preparo dos nossos homens nesta difícil missão de prestar serviços de segurança.

Nos últimos anos foram adquiridas viaturas, armamentos e novos equipamentos foram incorporados ao acervo da Corporação e intensificando-se o aperfeiçoamento e especialização dos efetivos, habilitando-a a ombrear-se com as melhores instituições policiais do nosso país sendo classificada, não raras vezes, como a melhor polícia militar do Brasil.

Estruturar, modernizar, equipar e treinar instituições como a Polícia Militar nos níveis almejados pela comunidade, construir vagas no sistema penitenciário, implementar ações amplas de cunho social e reformar leis defasadas não são tarefas de um único governo. Elas se constituem em programas contínuos de médio e longo prazos a serem implementados por aqueles que pretendem ocupar os principais cargos da Administração Pública num futuro muito breve.

A segurança pública pode ser comparada com o bastão da corrida de revezamento que deve ser entregue no momento exato, possibilitando ao corredor seguinte a continuidade da corrida sem esforço adicional. O atraso na entrega do bastão pode significar a perda da competição, desmerecendo o empenho dos corredores anteriores.

O Paraná é sinônimo de paz, de ordem e de progresso, principalmente se comparado a outras Unidades da Federação. Isto foi e continua sendo conseguido com muita luta, dedicação e união de todos os paranaenses. E assim deve continuar. A responsabilidade cabe a todos nós e, principalmente, à Polícia Militar, que se constitui no sustentáculo maior da governabilidade - é a mão forte que dispõe o Estado para fazer valer as suas leis, de forma que o sistema de pesos e contrapesos entre os poderes constituídos mantenha-se estável.

Nesta semana em que a nossa amada Polícia Militar comemora seus 148 anos de existência, apraz-nos render homenagem aos homens que colaboraram para o seu nascimento, plantando a primeira semente, e a todos aqueles que lutaram pelo seu crescimento e fortalecimento.

Homenageamos todos os homens e mulheres da imprensa que são os olhos, ou ouvidos e a boca da comunidade, que nos fazem refletir e corrigir procedimentos.

Também não podemos olvidar a imensa família miliciana que soube dar sempre o seu apoio aos nossos bravos policiais e que chorou a morte daqueles que tombaram no cumprimento do dever.

Enfim, hoje é dia de homenagear todos aqueles que desde o longínquo 10 de agosto de 1854, contribuíram e contribuem para que a Polícia Militar permaneça altiva, como um atalaia junto ao nosso querido povo paranaense.

Nesta oportunidade, em nome da nossa Corporação, agradeço a iniciativa do deputado Algaci Tulio, proponente da mensagem deste júbilo e a todos os senhores parlamentares, na pessoa do senhor presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, que a aprovaram".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento pela presença das mais altas autoridades civis, militares e representantes do corpo consular, bem como os demais presentes que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo Paranaense.

Convido a todos para ouvirem o Hino do Paraná a ser executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná e cantada pelo Coral Paraná. Após o quê, suspenderemos a Sessão por dez minutos para os cumprimentos. Quero também informar aos senhores presentes, que o secretário da Segurança nosso ex-colega deputado José Tavares, está nesta solenidade representando também o governador do Jaime Lerner.

**(É Executado o Hino do Paraná)
(Está suspensa a presente Sessão)**

Está reaberta a presente Sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1948

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no art. 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 516/2002, 518/2002, 523/2002 e 524/2002, que concede título de cidadania aos Penta Campeões do Mundo, Kleber, Ricardinho, Rogério Ceni e Beleti.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1963

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº

497/2002, tendo em vista que proposição que trata da mesma matéria, Projeto de Lei nº 131/2002, já foi aprovada pela Casa e sancionada pelo senhor governador, Lei nº 13.601 - Diário Oficial nº 6.241 de 03/06/2002.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1964

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 484/2002, tendo em vista que proposição que trata da mesma matéria, Projeto de Lei nº 244/2002, já foi aprovada pela Casa e sancionada pelo senhor governador, Lei nº 13.711 - Diário Oficial nº 6.288 de 10/07/2002.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1959

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à Sra. Maria Lina Cardoso, pelo falecimento de seu esposo, Sr. Viano Cardoso, ocorrido em Cianorte, no dia 14 de julho de 2002.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1960

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar ao Sr. Hermes Campos Teixeira, pelo falecimento de sua cunhada, Sra. Rosemere Campos Teixeira, ocorrido em Cianorte, no dia 19 de julho de 2002.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1961

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar ao Sr. Mário Kanashima, pelo falecimento de sua esposa, Sra. Aurea Kanashima, ocorrido em Cianorte, no dia 19 de julho de 2002.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1962

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à Sra. Dalva Nicolau, pelo falecimento de seu esposo, Sr. Luiz Fernando Nicolau, ocorrido em Cianorte, no dia 14 de julho de 2002.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adalberto Maluceli França, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à sua família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1981

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adelaide Abrão, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à sua família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1986

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Duvílio Bernardelli ocorrido em 04 de agosto de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua esposa Iracy Pessuti Bernardelli e aos filhos Edson, Edvaldo, Sonia, Solange e Claudinéia através de correspondência a ser encaminhada a Rua São José, 159 - CEP. 840-063330 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Lobato, pela comemoração de seus 46 anos.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Lobato, completou em data de 30 de julho deste ano seus 46 anos de existência. Sua história tem origem nos núcleos de povoação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que tornaram-se grandes centros urbanos e Lobato foi um deles, pois cresceu e prosperou.

Os primeiros compradores de terras estabeleceram-se em Lobato em 1948 e foram os primeiros da cidade. Por seu rápido desenvolvimento, Lobato nem chegou a ser elevado ao estágio de distrito Administrativo, tendo sido elevado diretamente à categoria de município emancipado, desmembrando-se do município de Astorga, a quem pertencia territorial e judicialmente. Isso ocorreu em data de 31 de julho de 1956, através da Lei Estadual nº 2894, sancionada pelo governador Moysés Lupion.

A instalação oficial do município deu-se em data de 14 de dezembro de 1956, sendo empossado na ocasião o primeiro prefeito municipal eleito - Sr. Ildefonso Martins Portelinha e também a primeira Câmara de Vereadores.

Quando de sua emancipação política, Lobato tinha 1.200 habitantes e a economia do município estava baseada na cafeicultura, secundada pelo algodão, milho, feijão e arroz. Nesta época, a diversão da população eram as fitas assistidas no Cine Marabá, que acomodava 230 pessoas e fez história no lugar, deixando muitas saudades.

Hoje Lobato tem cerca de 6 mil habitantes, e a cidade cresce a cada dia. Já se vão longe as lembranças do Cine Marabá, mas Lobato cresceu e se desenvolveu, abrigando atualmente micro, pequenas, médias e também grandes empresas que fazem ir para frente a economia da cidade, junto com a agricultura e pecuária que estão sempre avançando.

Quem visita Lobato sempre volta. Seus habitantes são hospitaleiros e muito trabalhadores e com a força e a dedicação dos lobatoenses a cidade avança firme para o futuro. Seu nome homenageia o escritor José Bento Monteiro Lobato e a cidade faz divisa com diversos outros municípios como Atalaia, Colorado, Cruzeiro do Sul, Flórida, Paranacity, Santa Fé e Uniflor, pertencendo à Comarca de Colorado.

Pela comemoração dos gloriosos 46 anos de fundação, receba o município de Lobato, através de sua prefeita Sra. Tânia Martins Costa (Rua Antonio Coletto, 1260 - CEP. 86790-000 - Lobato-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Graciosa Country Club, pela comemoração de seus 75 anos.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Graciosa Country Club completou durante o mês de julho seus 75 anos de existência.

O Graciosa, como é carinhosamente chamado pelos curitibanos, é um dos mais tradicionais clubes da nossa Capital. Localizado próximo ao centro da cidade, o local é frequentado pelas famílias tradicionais paranaenses. Até pouco tempo o Graciosa era especializado no golf e no tênis, mas agora passou a investir na estrutura para a prática de outros esportes. O campo de golf, quase no centro da cidade, é um diferencial entre as cidades brasileiras e ali já treinaram grandes nomes do ranking de competidores, como o campeão brasileiro Ivo Leão. Além do golf, outros esportes ganham espaço como o squash e o tênis.

De sua fundação para cá, o clube cresceu muito. Atualmente está funcionando na sua capacidade total, para seus 3000 sócios. O Clube possui um estatuto bastante restrito quanto à admissão de novos sócios, o que faz com que sua renovação limite-se a 7 ou 8 novos sócios a cada ano.

Pela comemoração de seus gloriosos e tradicionais 75 anos, receba o Graciosa Country Club (Av. Munhoz da Rocha, 1146 - CEP: 80035-000 - Curitiba/PR), através de seu presidente os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1954

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à TV Tibagi, pela comemoração de seus 33 anos.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A TV Tibagi, emissora do Grupo Paulo Pimentel que transmite a programação do SBT (Sistema Brasileiro de televisão) para a Região Noroeste do Estado, comemorou seus 33 anos de fundação em data de 26 de julho deste ano.

Inaugurada em 1969 a TV Tibagi foi a segunda emissora de televisão do Grupo que começou com o Jornal O Estado do Paraná. Das quatro emissoras do Grupo Paulo Pimentel, a TV Tibagi tem a maior área de cobertura. seu sinal chega a 131 municípios, das regiões de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão, Cianorte, Guaíra, Ivaiporã, Maringá, Paranavaí, Pitanga e Umuarama.

A emissora começou com a transmissão da programação da TV Record. Meses depois passou a ser uma das afiliadas do Globo no Paraná. No final dos anos setenta, coma perseguição imposta pelo regime militar ao ex-governador Paulo Pimentel, a TV Tibagi, a exemplo da TV Iguaçu, perdeu a programação da rede carioca. Em 1982 ela passou a transmitir o SBT, rede criada pelo apresentador Silvio Santos.

A área de abrangência da emissora tem uma população de 2,5 milhões de habitantes. A economia da região é basicamente formada pela atividade agrícola e a industrialização de muitos dos produtos do campo. Ao longo das três últimas décadas, a TV Tibagi participou ativamente da vida social, econômica e política do Norte e Noroeste paranaense e do Vale do Ivaí.

Desde a sua fundação, a sede da TV Tibagi está em Apucarana, mas desde 1990, quando o Grupo Paulo Pimentel inaugurou uma regional em Maringá, a emissora tem estúdios de gravação e ilhas de edição para atender os departamentos de jornalismo e comercial na Cidade Canção.

Pela comemoração de seus gloriosos 33 anos de fundação, receba a TV Tibagi - Grupo Paulo Pimentel (Rua João Tschannerl, 800 - Cidade da Comunicação - Jd. Mercês - CEP: 80820-010 - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Assefacre - Associação dos Servidores da Secretaria da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado do Paraná, pela comemoração de seus 14 anos.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Assefacre comemorou em data de 08 de julho de 2002, seus 14 anos de fundação. A idéia da Associação surgiu desde 22 de abril de 1988, e desde lá a instituição vem trabalhando para conseguir o melhor para seus associados, sendo uma das entidades mais representativas do Estado.

Naquele ano, uma primeira comissão realizou reunião no setor de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Fazenda. Esta comissão analisou diversos estatutos de instituições similares e, com a colaboração de diversos colegas foi possível, em 08 de junho do mesmo ano, a aprovação do Estatuto e a fundação da Assefacre, no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado.

Em 29 de julho foi eleita a primeira Diretoria, sendo seu primeiro presidente o senhor Luiz Alberto de Souza. De lá para cá muita coisa aconteceu - a Assefacre cresceu e em 2000 realizou seu antigo sonho - fixou-se em sede própria na Rua XV de Novembro.

Com o firme propósito - que sempre norteou aquela instituição - de defender os interesses de seus associados, a Assefacre sempre esteve presente em todas as questões de interesse dos funcionários. Com esta consciência, alcançou a excelência no trabalho e continua cada vez mais a trabalhar dentro de um política séria, administração segura e planejamento competente.

Pela comemoração de seus gloriosos 14 anos de existência, receba a Assefacre, através de seu Presidente (Rua XV de Novembro 575 - 8º andar - CEP 80020-310 - Ctb/PR) os votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1956

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, pela comemoração de seus 123 anos no mês de junho/2002.

Sala das Sessões, em 06. 08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, comemorou no mês de junho de 2002, seus 123 anos de existência.

O Regimento Coronel Dulcídio é a mais antiga unidade da corporação. Apesar de ter sido instituída oficialmente como esquadrão em 1890, desde a criação da Polícia Militar do Paraná, em 10 de agosto de 1854 incorporou-se a ela, como uma modesta seção de cavalaria, composta por um 2º sargento, um cabo e dez soldados.

O regimento combateu em momentos importantes na história do Brasil, como a Revolução Federalista (1893-94), a Guerra do Contestado (1912 a 1915), as revoluções de 1924 a 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932.

A área territorial do batalhão é constituída por 29 bairros, distribuídos em 136.102 km, atendendo uma população de aproximadamente 700 mil habitantes, com densidade demográfica de 0,4 habitantes por quilômetro quadrado. O 1º EPM é responsável pelo policiamento hipomóvel; o 2º, 3º, 4º e 5º esquadrões realizam patrulhamento motorizado.

A principal missão é desenvolver um policiamento ostensivo e preventivo dentro de sua área de responsabilidade, atuando a pé (policiamento ostensivo, executados por duplas), motorizado (policiamento ostensivo com rádio, que compreende a maioria do efetivo operacional) e hipomóvel (policiamento a cavalo, que atua como forma suplementar).

Pela comemoração dos gloriosos 123 anos de existência, receba o batalhão de Polícia Montada Regimento Coronel Dulcídio (Rua Konrad Adenauer, 1166 - Tarumã - Ctb/PR, através de seu comandante, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1957

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à cidade de Irati, pela comemoração de seus 95 anos.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Irati completou seus 95 anos de fundação. De origem Tupi "Irati" significa abelha que produz cera vegetal. Originou-se em 02.04.1907 do município de Imbituva e ambas são oriundas do município de Ponta Grossa.

Localizada há 156 quilômetros de Curitiba, a cidade é muito próspera, com um circuito cultural bastante amplo, que compreende CTGs, grande divulgação na área de artesanato, além de possuir o maior rodeio considerado genuinamente crioulo do Paraná.

O Iratiense, como são chamados seus filhos, são um povo acolhedor, ordeiro e trabalhador. Quem visita Irati não a esquece e sente-se em casa, pois seus habitantes fazem questão de acolher que ali não nasceram, como se fossem filhos da terra. Tanto é que muitos que para ali foram, resolveram instalar-se.

A prosperidade de Irati está na força de vontade de sua gente, que não mede esforços para vê-la crescer, avançando sempre com passos firmes em direção a um futuro certo e cheio de realizações fruto do esforço de cada um.

Ao município de Irati, pela comemoração de seus 95 anos, receba o Prefeito Municipal (R. Cel. Emilio Gomes, 22 - CEP 84500-000 - Irati/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1958

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Paranaguá, pela comemoração de seus 354 anos.

Sala das Sessões, em 06. 08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Paranaguá comemorou seus 354 anos de fundação. O município é considerado o verdadeiro berço dos paranaenses e tem significado histórico muito importante para todo o nosso Estado, pois foi o primeiro município a ser fundado aqui.

Em nosso litoral habitou o homem do sambaqui, posteriormente o povo Carijó e mais tarde um povo miscigenado que deu origem ao elemento étnico caiçara.

Desde 1549 a costa litorânea paranaense já era conhecida e habitada e ao longo do tempo foi se efetivando uma povoação onde havia uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário.

Em 1646 foi descoberto ouro em Paranaguá e assim surgiu ali um núcleo que foi se estendendo pelo planalto, transpondo a serra. O núcleo cresceu tanto que em 1660 foi formada uma capitania. Em 1724 foi criada a Ouvidoria de Paranaguá que compreendia todo o sul do Brasil até o Rio da Prata (inclusive a República do Uruguai) e em 1749 iniciou-se a desagregação do imenso território parnanguara. Em 1812 a sede da Ouvidoria foi transferida para Curitiba.

Em 1902 foi inaugurada a iluminação elétrica e em 1908 foi instalado o serviço telefônico. Em 1914 foi a vez da instalação do serviço de água e esgoto. Em 1943 foram construídas as docas do porto D. Pedro II com 450 metros de cais acostável e Paranaguá não parou de crescer mais. O porto, já modernizado é um dos mais importantes do Brasil, com uma movimentação invejável. Atualmente é a maior fonte de renda da cidade e muito tem ajudado o Paraná a ser o Estado moderno que é hoje.

Pela comemoração de seus gloriosos 354 anos, receba o município de Paranaguá, através de seu Prefeito Mário Roque, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1967

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, alusivos aos 26 anos de sua fundação, comemorado no dia 23 de julho.

Requer ainda, que se dê ciência ao Bispo Gerson Cardozo - Dirigente Estadual da IURD, através de correspondência a ser encaminhado à Rua Sete de Setembro, 3341 - CEP 80.230-090 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06. 08.2002.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1968

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à Polícia Militar do Estado do Paraná, alusivos aos 148 anos de fundação da corporação, a ser comemorado no dia 10 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao coronel Gilberto Foltran, comandante geral da PMPR, através de correspondência a ser encaminhado à Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06. 08.2002.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1969

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o

soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Colégio da Polícia Militar, alusivos aos 43 anos de sua fundação, comemorado no dia 07 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao diretor do colégio da PMPR, através de correspondência a ser encaminhado à Rua Almirante Gonçalves, 1423 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1987

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de São Pedro do Ivaí, alusivo a realização do II Jogos Abertos do Paraná, iniciados em 02 de agosto próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito municipal Sebastião Guimarães Vieira, através de correspondência a ser encaminhada a Praça José Rossi 354, CEP 86945-000- São Pedro do Ivaí- PR.

Sala das Sessões, em 06.08.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1988

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja registrado nos Anais a Sessão de hoje, voto de congratulação à Emater- Apucarana, alusivos à realização da 9ª Expotécnica, ocorrida nos dias 01 e 02 de agosto próximo passado, no município de Sabáudia - Microbacia Lageado- Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos funcionários da Emater-Apucarana, através de correspondência a ser encaminhada à rua Jamil Soni, 17 - CP 160- CEP 86800-660 Apucarana- PR.

Sala das Sessões, em 06.08.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1989

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao senhor Claudio D'Agostini, alusivo à realização da 9ª Expotécnica em sua propriedade rural o Sítio São José, ocorrida nos dias 01 e 02 de agosto próximo passado, no município de Sabáudia - Microbacia Lageado-Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à rua Jamil Soni, 17 CP 160- CEP 86800-660 Apucarana-Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1990

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação à Polícia Militar do Estado do Paraná, alusivos aos seus 148 anos de fundação, comemorados de 02 a 14 de agosto do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao comandante geral Cel. Gilberto Foltran, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Marechal Floriano Peixoto, 1402 CEP 80.230.110- Curitiba- Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1994

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulação ao Primeiro Batalhão da Polícia Militar, sediado em Ponta Grossa, assim como ao comandante geral da Polícia Militar do Paraná, em Curitiba, pela passagem dos 148 anos de existência da Corporação.

A história da Polícia Militar se confunde com a do próprio Estado. Tendo se desmembrado de São Paulo, através da Lei Imperial nº 704, de 29 de agosto de 1853, e se emancipado politicamente de fato em 19 de dezembro daquele ano, o presidente da Província Zacarias de Goes e Vasconcelos decidiu criar em 10 de agosto de 1864 a Companhia de Força Policial da Província do Paraná. O primeiro comandante foi o capitão do Exército Imperial Joaquim José Moreira Mendonça. Desde 1946 a corporação recebeu a denominação de Polícia Militar do Paraná.

A atuação da Polícia Militar é merecedora de elogios pelo elevado profissionalismo de seus membros assim como pela força de vontade em bem servir o povo do Paraná, mantendo a paz e a ordem.

Sala das Sessões, em 06.08.2002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1980

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Amadeu Pereira dos Santos e Maria Trindade Pereira dos Santos, que completa 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus

corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos a família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.08.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1982

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Maria Nunes Padilha e Eliane Aparecida Maschio de PrAta que completa 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos a família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.08.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1983

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Durval Nodari e Liana Maria Nedel Nodari que completa 27 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Amestista, em 08 de maio do corrente.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos a família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.08.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1976

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER depois de ouvido o Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Administração e da Previdência senhor Ricardo Augusto Cunha Smijtink, solicitando as seguintes informações.

Quais os motivos que levaram à exclusão dos serviços odontológicos ao Sistema de Assistência a Saúde-SAS?

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se justifica tendo em vista que o Decreto nº 5356/2002 não contemplou os serviços odontológicos que eram proporcionados pelo antigo IPE.

Assim os servidores públicos estaduais deixaram de ter assistência odontológica gratuita e, os cirurgiões dentistas, técnicos em higiene dental, técnicos e auxiliares em prótese, atendentes de consultórios perderam um mercado de trabalho de aproximadamente 360 mil usuários.

REQUERIMENTO Nº 1985

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, solicitando a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Sol de Maio no município de Foz do Iguaçu.

A referida instituição de ensino vem enfrentando várias dificuldades por não ter uma cobertura na quadra de esportes.

As altas temperaturas presentes na região provocam aquecimento da quadra e representam vários riscos à saúde, pois podem causar doenças na pele em virtude da exposição ao sol forte. Além disso, em dias de chuva fica impossível a utilização da mesma e os alunos acabam sendo prejudicados em suas aulas de educação física, disciplina muito importante no desenvolvimento dos estudantes.

Outro fator afetado diretamente por este problema é a realização de eventos na escola. Como a instituição não dispõe de muito espaço, a cobertura que, de acordo com o projeto original, mede 720 m2, servirá também como ambiente para realização de diversos eventos.

Tendo em vista todos os benefícios que serão proporcionados pela cobertura da quadra e a urgência da mesma, solicitamos do Governo Estadual uma atenção especial ao pleito para que sejam atendidos os anseios daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1992

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao diretor-presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, bem como ao prefeito municipal de Londrina, solicitando dos mesmos providências no sentido da instalação de iluminação pública no prolongamento da Rua Capitão Pedro Rufino, ligando os bairros londrinenses Vila Brasil e Jardim Europa, num trecho de aproximadamente 500 (quinhentos) metros.

Solicita-se, outrossim, seja dado ciência desta reivindicação ao senhor Jesuel Luiz dos Santos Silva, na Rua Nicarágua, 240, Vila Brasil, CEP 86010-810 - Londrina / PR.

A referida via pública é importante ligação entre a Vila Brasil e o Jardim Europa, sobretudo depois da construção do Hipermercado Mufato. Além desse itinerário, só resta aos moradores o deslocamento pela Avenida Duque de Caxias. Contudo, a utilização do prolongamento da Rua Capitão Pedro Rufino encurta bastante o trajeto dos moradores da região.

Trata-se de via não pavimentada e que corta região de chácaras. Porém, o trânsito de pessoas é intenso no local e a falta de iluminação pública serve para aumentar a insegurança dos cidadãos que têm naquela via caminho diário obrigatório nos deslocamentos para o trabalho.

Diante da importância do atendimento à comunidade londrinense, solicita-se a cooperação entre a Copel e a Prefeitura Municipal no intuito de eliminar esse fator de insegurança para os trabalhadores da Vila Brasil e do Jardim Europa.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1972

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitada a S. Exa. o Sr. secretário de Estado dos Transportes, doutor Wilson Justus Soares, a realização, em caráter de urgência, dos serviços de roçada das laterais e limpeza das canaletas da estrada que liga Sertanópolis a Bela Vista do Paraíso - PR-090.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O capim e o mato estão invadindo a pista, dificultando a visibilidade e encobrindo as placas de sinalização.

As canaletas estão obstruídas com terra e mato, fazendo com que as águas das chuvas escoem pela pista tornando-a mais perigosa.

REQUERIMENTO Nº 1973

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitada a S. Exa. o Sr. secretário de Estado dos Transportes, doutor Wilson Justus Soares, a restauração, com a máxima urgência, da PR-525, entre a estrada do Cerne (em São Sebastião da Amoreira) e a BR-369, passando por Nova América da Colina.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Há trechos da estrada que estão intransitáveis.

Caso a recuperação não seja feita imediatamente, corre-se o risco de um prejuízo muito maior para o Estado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 537/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído percentual de 20% (vinte por cento) de hora-atividade da jornada de trabalho para todos os professores do Estado do Paraná em efetiva regência de classe em estabelecimento de ensino da rede pública estadual, considerando a jornada do cargo efetivo, das aulas extraordinárias e das aulas pelo regime da CLT.

Art. 2º - A hora-atividade será parte da jornada atribuída ao professor, incluída na carga horária de trabalho, e quando o resultado do cálculo da hora-atividade for número fracionado, igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco) eleva-se para número inteiro imediatamente superior.

Art. 3º - A hora-atividade é o período em que o professor desempenha funções da docência, reservado a estudos, planejamento, reunião pedagógica, atendimento à comunidade escolar, preparação de aulas, avaliação dos alunos e outras correlatas, devendo ser cumprida integralmente no local de exercício.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2003.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

É orientação da Organização Mundial de Saúde que a jornada do professor deve ser no máximo de 20 horas semanais em contato direto com o aluno (desgaste físico e mental e qualidade de ensino). Vários países adotam a jornada de 20 horas como sendo o padrão e com hora-atividade de até 50%, segue este mesmo raciocínio

Convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Inclusive aqui no Estado do Paraná milhares de professores da rede estadual optaram pelo RDT (Regime Diferenciado de Trabalho) e desde 01 de fevereiro de 1988 têm dentro da jornada de trabalho a hora-atividade no percentual de 20%; assim, por questão de equidade e de isonomia deve se estender aos demais professores regentes de sala o mesmo percentual.

Garantia do Governo Estadual em aumentar de 10% para 20% a hora-atividade. Compromisso este assinado em 06 de abril de 2001 pelo chefe da Casa Civil em audiência de negociação com a direção da APP-Sindicato. No referido compromisso os professores teriam 20% de h/a a partir do início do ano letivo de 2002.

A questão do número fracionado se faz necessário estabelecer em lei, uma vez que a jornada de aulas extraordinárias vai de uma a vinte e de aulas pelo regime celetista vai de uma a trinta e seis. Assim, se ao professor foram atribuídas 18 aulas, ele ministrará 14 e trabalhará mais 4 horas-atividade. Ainda, se forem atribuídas 8, ministrará 6 e trabalhará mais 2 das horas-atividade. Se, porém, forem atribuídas somente 7, ministrará 6 aulas e terá somente uma hora-atividade.

Em pesquisa feita pela UNB chamada de "Retrato da Escola", concluiu que os professores do Paraná são os mais doentes do Brasil, ficando acima da média do Brasil, sendo um dos motivos das doenças a jornada excessiva de trabalho, com índice muito pequeno da hora-atividade.

Saliente-se ainda que a Resolução nº 3/97 do Conselho Nacional de Educação determina que os professores regentes devem ter, no mínimo, 20% de hora-atividade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 538/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Santa Izabel do Ivaí, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado no perímetro urbano das sedes do município, com área de 4.000,00 m², contendo edificações em alvenaria, localizado entre as Avenidas Manoel Ribas e Carlos Gomes e a Rua Afonso Pena, conforme o que consta na transcrição nº 686, do Livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Ivaí.

Art. 2º - O imóvel, de que trata o art. 1º desta lei, será cedido ao município de Santa Izabel do Ivaí para manter o funcionamento no local da Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais daquele município, não podendo ter destinação diversa sob pena desta

doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11.925 e as demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de doar imóvel ao município de Santa Izabel do Ivaí, para que ali possa continuar funcionando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais daquele município.

A Lei nº 11.925, de 08 de dezembro de 1997, cedeu o referido imóvel a associação, mas a cessão impede que a entidade possa realizar projetos, como a de construção da sua sede própria, que seria de grande valia para os alunos e familiares que desfrutam do excelente atendimento da Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais de Santa Izabel do Ivaí.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 539/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Duque de Caxias - ensino médio, com sede e foro no município e Comarca de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Duque de Caxias - ensino médio, com sede e foro no município e Comarca de Goioerê - PR, à Avenida Amazonas, 991, é instituição auxiliar do estabelecimento de ensino e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao conselho escolar.

PROJETO DE LEI Nº 540/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres - APM do Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga - ensino fundamental, médio e profissional, com sede e foro no município de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres - APM, do Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga - ensino fundamental, médio e profissional, com sede e foro no município de Goioerê - PR, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos professores do estalecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao conselho escolar.

PROJETO DE LEI Nº 541/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento de Curitiba - Sinfretiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Sinfretiba - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento de Curitiba, com sede nesta Capital, fundado em 1989, vem ao longo dos anos desenvolvendo um importante trabalho com seus associados.

As atividades desenvolvidas ali são todas em benefício dos associados da categoria e envolvem orientação jurídica, representação em reuniões, audiências e assembleias, além de colaborar com a solução de quaisquer questões que envolvam a categoria.

O sindicato promove também cursos de aperfeiçoamento e treinamento para funcionários, além de atividades recreativas para os associados. Campanhas sociais

são constantemente feitas para arrecadação de agasalhos, alimentos e medicamentos que são posteriormente doados a pessoas carentes.

Por ser instituição sem fins lucrativos, solicitamos sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 542/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Positiva Aliança pela Vida, com sede e foro no município de Cianorte.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação Positiva pela Vida - APAV - com sede na Avenida Europa, nº 46, bairro Cianortinho, município de Cianorte, executa através de sua diretoria e a comunidade em geral, uma série de atividades, todas direcionadas aos portadores de vírus HIV e de seus familiares, conforme relatório e documentos anexos ao projeto de lei.

Os pacientes atendidos por essa Associação participam de palestras, projetos e programas sobre a educação sexual e meios infecto-contagiosos do vírus HIV, especialmente de sua prevenção, formas alternativas de tratamento de saúde física e psicológica, formas alimentares e nutricionais especiais.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual é importante para que a referida Associação possa usufruir maiores benefícios, por isso solicitamos o apoio dos nobres deputados.

PROJETO DE LEI Nº 543/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Despertando Talentos de Jovens e Adultos, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) MOYSÉS LEÓNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural Despertando Talentos de Jovens e Adultos, é uma sociedade de direito privado, de caráter civil e cultural sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Curitiba.

É uma entidade que tem como principal objetivo desenvolver as formas de expressões, os modos de criar e fazer, o ensinamento de línguas estrangeiras modernas, e os estudos e métodos de interpretação da realidade cultural, contribuindo para proporcionar meios que permitam o conhecimento dos bens e valores artísticos de todos seus alunos, angariando valores baixos de mensalidades, para que assim todos possam beneficiar-se dos cursos proporcionados pela associação, o recurso arrecadado pela entidade através das mensalidades é destinado à manutenção, salário de professores e funcionários da Secretaria.

Sem dúvida a Associação Cultural Despertando Talento de Jovens e Adultos, merece a aprovação da Lei de Utilidade Pública Estadual, pois defende os interesses culturais de todos os que residem em Curitiba.

PROJETO DE LEI Nº 544/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário - Codesc, com sede no município de Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário - Codesc, com sede no município de Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho na promoção da assistência social, com o desenvolvimento de projetos de proteção à família, à maternidade, à infância, ao idoso e aos dependentes químicos do município de Itaperuçu e região.

Sendo assim, esperamos contar como apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 545/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a acrescentar ao artigo 14 Capítulo XI - Das Isenções da Lei nº 11.280/95; incisos IX e X, com as seguintes redações:

“Art. 14 -...

IX - os veículos de propriedades das APM - Associação de Pais e Mestres utilizados nas atividades de apoio a educação pública;

X - os veículos de propriedade dos Conselhos Comunitários de Segurança utilizados nas atividades de apoio a segurança pública”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As Associações de Pais e Mestres dos colégios estaduais do Paraná cumprem um papel do mais alto relevo social em benefício do ensino público do Estado. Provêem os colégios em todas as suas necessidades materiais, que vão desde a manutenção dos prédios (e aí incluem-se os diversos consertos em alvenaria, as intervenções necessárias nas redes elétrica e hidráulica, limpeza de caixas d'água, consertos em veículos) e tudo o mais indispensável para que a instituição escolar possa atingir a consecução de seus elevados objetivos na área educacional. É uma das mais bem sucedidas parcerias de que se tem notícia que, no entanto, não recebe a necessária contrapartida do Governo Estadual.

Todo este conjunto de ações é feito à custa de muito trabalho, de muitas campanhas que, invariavelmente, exigem dedicação quase que exclusiva de verdadeiros heróis anônimos, homens e mulheres, pais e mães que abandonam seus afazeres para dar sua contribuição em favor da educação de seus filhos e também dos demais filhos da comunidade. Atitude de despreendimento altamente louvável.

Cada necessidade da escola implica mais trabalho, mais sacrifício para que os recursos possam ser alcançados e o objetivo final, devidamente atendido.

Da mesma forma, os Conselhos Comunitários de Segurança, feliz parceria entre o Poder Público e a Comunidade na busca de recursos que instrumentalizem as polícias no diuturno trabalho de combate à criminalidade para que mais segurança possa ser oferecida ao cidadão, este que deve ser o único objetivo de todas as boas ações governamentais.

Isto posto, apelo à sensibilidade de cada um, ao espírito público de meus ilustres pares para que, reconhecendo esta realidade, possamos corrigir mais esta injustiça, isentando do IPVA, os veículos pertencentes às Associações de Pais e Mestres dos colégios estaduais e aos Conselhos Comunitários de Segurança em todo o Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 546/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Vida Aprovi, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção a Vida - APROVI, situada na Av. Jorge Schimmelpfeng, 600 - centro, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu - PR, fundada em 24 de abril de 1999, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, e tem por objetivo e princípios básicos, proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a terceira idade, constituindo assim, ampla promoção humana com destaque aos mais carentes.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 2.590/2002.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 547/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O atual Porto à margem do Rio Iguaçu que liga o município de Capanema ao município de Serranópolis do Iguaçu, passa a denominar-se de: Porto Dr. Antonio Annibelli.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Com a iniciativa deste projeto de lei, pretendemos homenagear um homem que escreveu muito da história do Paraná.

Dr. Antonio Annibelli, ex-prefeito, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-governador, deixou uma história muito interessante no Estado do Paraná. Por 50 anos ele e seu filho Antonio Martins Anibelli, são detentores de mandatos desde 1946 até agora com mandatos sucessivos sem interrupção. É uma história, aqui no Paraná, como não há outra. E entendemos que dificilmente haja no Brasil.

O Dr. Antonio Annibelli, era filho de Alberto Annibelli e de Dona Francisca Anibelli, tendo nascido em São Paulo dia 14 de outubro de 1911. Com seis meses de idade, mudou-se com a família para o Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria da Boca do Monte, onde fez o curso primário e o ginásial até o 4º ano, havendo concluído no Ginásio Paranaense, (hoje Colégio Estadual

do Paraná).

A 19 de dezembro de 1931, recebeu o grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná.

Dedicando-se ao Ministério Público, iniciou sua carreira como adjunto de promotor público de Ipiranga, passando a seguir à Clevelândia, na mesma incumbência. Foi promotor público federal concursado, tendo sido nomeado pelo saudoso Presente Getúlio Vargas, como Promotor do recém criado Território Federal de Iguaçu.

Em 1944 foi prefeito municipal de Clevelândia.

Deputado estadual nas legislaturas - 1951 - 1954 - 1960, exercendo por duas vezes a Presidência da Assembleia Legislativa, nos períodos de 1952 a 1955.

De 03 de abril a 1º de maio de 1955 exerceu interinamente o governo do Estado em substituição ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Foi deputado federal em 1964 e 1970.

A intenção do presente Projeto de Lei é de prestar uma singela homenagem ao bravo homem público, considerando o desbravador do Sudoeste, doutor Antonio Annibelli, um dos políticos mais destacados. Participante ativo em todos os momentos decisivos para a comunidade paranaense.

Faleceu em Curitiba dia 15 de agosto de 1997.

Deixou 01 filho, o atual deputado Antonio Martins Anibelli e mais duas filhas Marilene e Mariza, 10 netos e 02 bisnetos.

O doutor Antonio Annibelli, pelas suas qualidades de inteligência, de espírito e de caráter, soube sempre convencer seus pares, na legitimidade e na honradez de suas intenções, no determinar na Prefeitura de Clevelândia, no Governo do Estado ou discutir na Assembleia Legislativa ou na Câmara Federal, as necessidades do povo paranaense. Nunca fugiu ao mandato que lhe foi outorgado pelo povo, antes, o notabilizou, pela serenidade e patriotismo de suas atitudes. Não usou dos cargos públicos como pedestral para a estátua da vaidade, antes dela serviu-se para combater o bom combate pela justiça e pela democracia. Considerou a função pública como um posto de lutas e sacrifícios e não como uma sinecura para vaidades ou para defender interesses pessoais.

A morte no seu perambular incessantes não respeita nem fortes nem fracos. Por isso, caiu mais um lutador, caiu o doutor Antonio Annibelli, quando ainda no acesso da luta. Levou consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

É esse campeoníssimo homem público que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre do povo paranaense, que pretendemos homenagear com a modesta designação de seu nome o Porto à margem do Rio Iguaçu, que liga o município de Capanema ao município de Serranópolis do Iguaçu.

Certamente outras homenagens virão, muitas mais, pela gratidão das gerações futuras que jamais se esquecerão.

PROJETO DE LEI Nº 548/2002

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual no âmbito de sua jurisdição, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Enéas Marques, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 02.181.560/0001-15, com sede à Avenida Joaquim Bonetti, s/nº, centro - Enéas Marques, Paraná.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Enéas Marques, tem-se enlevado no trabalho de atendimento ao excepcional daquele município, promovendo, organizando e desenvolvendo brilhantes campanhas e atividades que revertem em benefício das pessoas portadoras de deficiência física ou mental daquele município.

A declaração como entidade de Utilidade Pública estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada entidade possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da comunidade apaiana do município de Enéas Marques, antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 549/2002

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Moradias Santa Clara, com foro e sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Moradias Santa Clara, fundada no dia 23.06. 2001, com sede na cidade de Curitiba, à Rua Maria Karan Joaquim nº 122 - bairro Portão - escritório do povo é uma sociedade civil sem fins lucrativos, cujo objetivo é desenvolver estudos relacionados às condições sociais, econômicas, sanitárias e outras da comunidade,

bem como pleitear recursos e soluções para os problemas existentes.

Quanto à qualidade de vida dos moradores, a Associação procura promover e contribuir para a formação e desenvolvimento humano, cultural, social e econômico e bem-estar da comunidade. Destaca-se também o trabalho realizado com as crianças, adolescentes e idosos.

Representar e defender as reivindicações dos moradores junto aos poderes públicos são atribuições da Associação, a qual também colabora com esses mesmos poderes, com conselhos e outras entidades, sempre em prol da comunidade.

Face ao exposto e testemunhas que somos do excelente trabalho e das atividades desenvolvidas pela Associação Moradias Santa Clara, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 550/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os moinhos de trigo no Estado do Paraná deverão adicionar 10% (dez por cento) de fécula de mandioca e/ou farinha de mandioca, na produção da farinha de trigo.

§ 1º - O percentual de 10% (dez por cento) de que trata o caput deste artigo, poderá ser adicionado na média da sua produção.

§ 2º - Será obrigatória na embalagem, a indicação do percentual correto da adição nas farinhas que receberem a mistura.

Art. 2º - A fiscalização do cumprimento do disposto nesta lei ficará sob responsabilidade do órgão estadual designado pelo Poder Executivo.

Art. 3º - O descumprimento ao estabelecido no artigo 1º desta lei, sujeitará os infratores às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - em caso de reincidência, multa de, no mínimo, 1000 (um mil) UFIR's, e, no máximo, 10.000 (dez mil) UFIR's;

III - fechamento do moinho.

Art. 4º - As empresas referidas no artigo 1º terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a publicação desta lei, para adequarem-se às exigências nela contidas.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação, através de comissão tripartite composta pelo

Governo do Estado, produtores e industriais de mandioca, moageiros e produtores de trigo.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva tornar obrigatória a utilização pelos moinhos de trigo da matéria-prima de fécula de mandioca e/ou farinha de mandioca, no percentual de 10% (dez por cento), na produção da farinha de trigo.

Como é do conhecimento de todos nós, a matéria-prima do pão nosso de cada dia e similares é a farinha de trigo. Normalmente, temos que importar a farinha de trigo de outros países, e o dólar alto da maneira que está faz com que se inviabilize a manutenção dos preços praticados do pão.

Somos sabedores, que através de estudos já comprovados, a fécula de mandioca e/ou farinha de mandioca contém proteínas e vitaminas superiores à farinha de trigo.

Diante do exposto, esperamos contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis ao projeto de lei em questão.

PROJETO DE LEI Nº 551/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Do Programa Estadual de Crédito Educativo

Art. 1º - Fica instituído, no Estado do Paraná, o Programa de Crédito Educativo para estudantes do ensino médio profissionalizante e do ensino superior de graduação com recursos insuficientes, próprios ou familiares, para o custeio de seus estudos.

Art. 2º - Poderá ser titular do benefício de que trata a presente lei o estudante matriculado em instituição de ensino médio profissionalizante ou de ensino superior, comprovadamente carente e com bom desempenho acadêmico, desde que atenda à regulamentação do programa, na forma desta lei.

§ 1º - A seleção dos candidatos ao Crédito Educativo será feita na instituição em que se encontram matriculados, por comissão constituída pela direção da instituição e por representantes, escolhidos democraticamente, do corpo docente e discente do estabelecimento de ensino.

§ 2º - O crédito educativo abrange o financiamento dos encargos educacionais até cinquenta por cento do valor da mensalidade ou da semestralidade, depositado pelo órgão competente, mediante recursos

do Fundo Estadual de Financiamento ao Estudante do Ensino Médio e do Ensino Superior (Femes-PR), na conta da instituição de ensino superior participante do programa.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação fixará, num prazo de noventa dias, as diretrizes gerais do Programa e será o responsável pela sua supervisão.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Educação será a executora da presente lei, consoante regulamentação do Banco Central do Brasil, no que tange às normas operacionais e creditícias, podendo partilhar seu Programa de Crédito Educativo com outros bancos ou entidades, mediante convênios.

Art. 5º - Os recursos do Programa de Crédito Educativo terão origem:

I - no orçamento da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, especialmente destinados ao Programa e ao Fundo Estadual de Financiamento ao Estudante do Ensino Médio e do Ensino Superior (Femes-PR), cujo montante anual não poderá ser inferior a um por cento (1%) do orçamento destinado à SEED-PR e à Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia;

II - na destinação de parte dos recursos arrecadados com multas aos estabelecimentos de ensino particulares;

III - na destinação de trinta por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Secretaria de Estado da Educação e pela Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, bem como dos recursos da premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição;

IV - na reversão dos financiamentos concedidos; e

V - em outras fontes.

§ 1º - Nos próximos dez anos, os recursos orçamentários destinados ao Programa de Crédito Educativo, não poderão ser inferiores ao correspondente a 1% (um por cento) do orçamento destinado à Secretaria de Estado da Educação e à Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, corrigidos na mesma proporção do índice de crescimento do Orçamento do Estado.

§ 2º - Na distribuição das vagas para o financiamento dos encargos educacionais, de que trata o inciso I do § 2º do artigo 2º desta lei, será dada prioridade para as instituições de ensino superior que mantenham programa de crédito educativo com recursos próprios.

Art. 6º - Os financiamentos serão concedidos mediante contrato de abertura de crédito, nas seguintes condições:

I - liberação em parcelas mensais ou semestrais, por prazo não superior à duração média do curso, estabelecida pela Secretaria de Estado da Educação e pela Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia;

II - um ano de carência, contado a partir do término ou da interrupção do curso;

III - amortização em pagamentos mensais em prazo máximo equivalente a uma vez e meia o período de utilização do crédito, a contar do término do prazo da carência, ou ainda em prestação de serviços, cujo valor, para a amortização, será o corrente de mercado para o exercício da profissão do beneficiário.

Art. 7º - O contrato de que trata esta lei estabelecerá as condições de transferência dos recursos por parte da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia e as garantias relativas em caso de atrasos dos repasses, estando, em função deste último aspecto, as instituições de ensino impedidas de:

I - suspender a matrícula do estudante;

II - cobrar mensalidades do estudante, mesmo como adiantamento.

Parágrafo Único - Havendo atrasos superiores a trinta dias nos repasses dos valores devidos, os pagamentos serão efetuados com correção nos mesmos índices cobrados dos beneficiados pelo Programa.

Capítulo II

Do Futuro Estadual de Financiamento ao Estudante do Ensino Médio Profissionalizante do Ensino Superior (Femes-PR)

Art. 8º - Fica instituído, nos termos desta lei, um Fundo Estadual de Financiamento ao Estudante do Ensino Médio e do Ensino Superior (Femes-PR), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos médios profissionalizantes e cursos superiores, não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR) e pela Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia.

Parágrafo Único - A participação do Estado do Paraná no financiamento ao estudante de ensino médio profissionalizante e de ensino superior, não gratuito, dar-se-á, exclusivamente mediante contribuição ao Fundo instituído por esta lei, ressalvado o disposto no art. 16.

Seção I

Das Receitas do Femes-PR

Art. 9º - Constituem receitas do Femes:

I - dotações orçamentárias expressamente consignadas à rubrica específica do Femes-PR junto à Secretaria de Estado da Educação e junto à Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, ressalvando o disposto no art. 14;

II - trinta por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Secretaria de Estado da Educação e pela Secretaria de Estado da Ciência e da

Tecnologia, bem como a totalidade dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição, ressalvado o disposto no art. 14;

III - encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos ao amparo desta lei;

IV - taxas e emolumentos cobrados dos participantes dos processos de seleção para o financiamento;

V - encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos no âmbito do programa de Crédito Educativo, de que trata esta lei, ressalvando o disposto no art. 11;

VI - rendimento de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e

VII - receitas patrimoniais.

§ 1º - Fica autorizada:

I - a contratação, pelo agente operador do Femes-PR, de operações de crédito interno e externo na forma disciplinar pelo Conselho Monetário Nacional (CMN);

II - a transferência ao Femes-PR dos saldos devedores dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa de Crédito Educativos de que trata esta lei;

III - a alienação, total ou parcial; instituições financeiras credenciadas para esse fim pelo CMN, dos ativos de que trata o inciso anterior e dos ativos representados por financiados precedidos ao amparo desta lei.

§ 2º - As disponibilidades de caixa do Femes-PR deverão ser mantidas em depósito na conta única do Tesouro Estadual.

§ 3º - As despesas administrativas do Femes-PR, conforme regulamentação do CMN, corresponderão a:

I - até zero vírgula dois por cento ao ano ao agente operador, pela gestão do Fundo, calculado sobre suas disponibilidades;

II - até zero vírgula três por cento ao ano ao agente operador, pela gestão do Fundo, calculado sobre o saldo devedor dos repasses às instituições financeiras;

III - até um vírgula cinco por cento ao ano aos agentes financeiros, calculado sobre o saldo devedor, pela administração dos créditos concedidos e absorção do risco de crédito efetivamente caracterizado, no percentual estabelecido no inciso V do art. 5º.

§ 4º - O pagamento das obrigações decorrentes das operações de que trata o inciso I do § 1º terá procedência sobre todas as demais despesas.

§ 5º - Os saldos devedores alienados ao amparo do inciso III do § 1º deste artigo poderão ser renegociados entre a instituição financeira adquirente e o devedor, segundo condições que estabelecerem, relativas à atualização de débitos constituídos, saldos devedores, prazos, taxas de juros, garantias, valores de prestações e eventuais descontos, observado o seguinte:

I - eventuais condições de renegociação e quitação estabelecidas pela instituição financeira adquirente deverão contemplar, no mínimo, a recuperação dos valores nominais desembolsados;

II - as instituições adquirentes deverão apresentar à Secretaria de Estado da Educação e à Secretaria de

Estado da Ciência e da Tecnologia, até o dia 10 de cada mês, relatório referente aos contratos renegociados e liquidados no mês anterior, contendo o número do contrato, nome do devedor, saldo devedor, valor renegociado ou liquidado, quantidade e valor de prestações, taxa de juros, além de outras informações julgadas necessárias pelos órgãos gerenciadores.

Seção I

Da Gestão do Femes-PR

Art. 10 - À gestão do Femes-PR cabe à SEED-PR e a Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, na qualidade de formuladores da política de oferta de financiamento e de supervisores da execução das operações do Fundo.

§ 1º - A SEED-PR e a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia editarão regulamento conjunto que disporá, inclusive, sobre:

I - as regras de seleção de estudantes a serem financiados pelo Femes-PR;

II - os casos de suspensão temporária e encerramento dos contratos de financiamento;

III - as exigências de desempenho acadêmico para a manutenção do financiamento.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia deverão contar com o assessoramento de conselho, de natureza consultiva, cujos integrantes serão designados pelo respectivo Secretário de Estado, na forma do regulamento.

§ 3º - De acordo com os limites de crédito estabelecidos pelo agente operador, nas instituições financeiras que se cadastrarem poderão, na qualidade de agente financeiro, conceder financiamento com recursos do Femes-PR.

Capítulo III

Das Operações

Art. 11 - São passíveis de financiamentos pelo Femes-PR até cinquenta por cento dos encargos educacionais cobrados dos estudantes por parte das instituições de ensino médio profissionalizante e superior devidamente cadastradas para esse fim pela SEED-PR, em contra prestação aos cursos de graduação em que estejam regularmente matriculados.

§ 1º - O cadastramento de que trata o *caput* deste artigo far-se-á por curso oferecido, sendo vedada a concessão de financiamento nos cursos com avaliação negativa nos processos conduzidos pela SEED-PR e pela Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia.

§ 2º - Poderão a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia, em caráter excepcional, cadastrar, para fins do financiamento de que trata esta lei, cursos para os quais não haja processo de avaliação concluído.

§ 3º - Cada estudante poderá habilitar-se a apenas um financiamento, destinado à cobertura de despesas relativas a um único curso de graduação, sendo vedada a concessão a estudante que haja participado do Programa de Crédito Educativo de que trata esta lei.

Art. 12 - Os financiamentos concedidos com recursos do Femes-PR deverão observar o seguinte:

I - prazo: não poderá ser superior à duração regular do curso;

II - juros a serem estipulados pelo CMN, para cada semestre letivo, aplicando-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento;

III - oferecimento e garantias adequadas pelo estudante financiado;

IV - amortização, poderá ser realizada através de pagamento pecuniário ou através da prestação de serviços em órgãos públicos ou em programas de atendimento à população de competência e iniciativa do Estado do Paraná e dos municípios, e terá início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado, calculando-se as prestações, em qualquer caso;

a) nos doze primeiros meses de amortização, em valor igual ao da parcela pega diretamente pelo estudante financiado à instituição de ensino superior no semestre imediatamente anterior;

b) parcelando-se o saldo devedor restante em período equivalente a até uma vez e meia o prazo de permanência na condição de estudante financiado;

V - risco: os agentes financeiros e as instituições de ensino profissionalizante e de ensino superior participarão do risco de financiamento nos percentuais de vinte por cento e cinco por cento, respectivamente, sendo considerados devedores solidários nos limites especificados;

VI - comprovação de idoneidade cadastral do estudante e do (s) fiador (s) na assinatura dos contratos;

§ 1º - Ao longo do período de utilização do financiamento, o estudante financiado fica obrigado a pagar, trimestralmente os juros incidentes sobre o financiamento, limitados ao montante de R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 2º - É permitido ao estudante financiado a qualquer tempo, observada a regulamentação do CMN, realizar amortizações extraordinárias do financiamento.

§ 3º - Excepcionalmente, por iniciativa da instituição de ensino médio profissionalizante e de ensino superior, a qual esteja vinculado, poderá o estudante dilatar em até um ano o prazo de que trata o inciso I do *caput* deste artigo, hipótese na qual as condições de amortização permanecerão aquelas definidas no inciso IV e suas alíneas.

§ 4º - Na hipótese de verificação de inidoneidade cadastral do estudante ou de seu (s) fiador (es) após a assinatura do contrato, ficará sobrestado o adiamento do mesmo até a comprovação da restauração da respectiva idoneidade, ou a substituição do fiador inidôneo.

Art. 13 - Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição promoverá a execução das garantias contratuais, conforme estabelecido pela instituição de que trata o inciso II do *caput* do mesmo artigo, repassando ao Femes-PR e à instituição de ensino superior a parte concernente ao seu risco.

Capítulo IV

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 14 - No exercício de 2002, da receitas referidas nos incisos I, II e V do art. 11, serão deduzidos os recursos necessários ao pagamento dos encargos educacionais contratados no âmbito do Programa de Crédito Educativo de que trata esta lei.

Art. 15 - A seleção dos alunos a serem beneficiados nos termos do *caput* será realizada em cada instituição por uma comissão constituída paritariamente por representantes da direção, do corpo docente e da entidade de representação discente.

Art. 16 - Nas instituições que não ministrem ensino superior caberão aos pais dos alunos regularmente matriculados os assentos reservados à representação discente na comissão de que trata o parágrafo anterior.

Art. 17 - Nas instituições de ensino em que não houver representação estudantil ou de pais organizada, caberá ao dirigente da instituição, proceder a eleição dos representantes na comissão de que trata o §...(?)

Art. 18 - Após a conclusão do processo de seleção, a instituição de ensino deverá encaminhar à SEED-PR e à Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia a relação de todos os alunos, com endereço e dados pessoais que receberam bolsas de estudo.

Art. 19 - As instituições de ensino substituirão os alunos beneficiados que não efetivarem suas matrículas no prazo regulamentar, observados os critérios de seleção dispostos neste artigo.

Art. 20 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.08.2002

(a) ÂNGELO VANHONI

PROJETO DE LEI Nº 552/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Dentre suas atribuições as Instituições Estaduais de Ensino Superior, deverão elaborar e desen-

volver programas preparatórios para admissão de estudantes no ensino universitário.

§ 1º - Os programas de natureza gratuita, serão desenvolvidos anualmente em fase anterior ao vestibular ou outras modalidades de seleção, utilizadas para classificação e admissão nas IES.

§ 2º - As IES estabelecerão critérios para seleção dos alunos, levando em consideração sobretudo a renda familiar do (s) candidato (s)

Art. 2º - As IES poderão estabelecer incentivos visando a participação do corpo docente, funcionários e estudantes universitários nos programas de preparação para ingresso no ensino superior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.2002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar oportunidade de ingresso no ensino público superior aos estudantes pertencentes a núcleos familiares de baixa renda.

É sabido o enorme esforço realizado pelos jovens e suas famílias no sentido de ultrapassarem as mais variadas barreiras, e é dever do Estado e real inserção social das IES contribuírem no sentido de tornar o certame classificatório acessível a todos.

De outro lado, os estudantes universitários já inscritos nas IES têm uma dívida social para com toda a sociedade paranaense que os mantém no sistema universitário gratuitamente, e por isso são chamados a dar sua participação juntamente com os professores e servidores das IES.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Como temos só Utilidade Pública em votação, vamos colocar em votação esses projetos, informando que os projetos anteriores e as mensagens que chegaram ontem na Casa, foram encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

Estou também apresentando um projeto que dispõe sobre hora-atividade para os professores, num percentual de 20%.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Deputados que apoiam o projeto para que possa ter andamento na Casa, permaneçam como estão. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Irineu Colombo, constantes do expediente.

Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix, com sede no município de Fênix e foro no município de Engenheiro Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e

Amigos dos Excepcionais do município de Bom Sucesso do Sul e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/2002, de 17/09/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 447/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Bom Sucesso do Sul, com sede no município de Bom Sucesso do Sul e foro no município de Pato Branco.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 447/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Bom Sucesso do Sul, com sede no município de Bom Sucesso do Sul e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoiamento: Marcos Isfer.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 472/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Arapongas, Esperança e Esplanada, com sede e foro no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/2001, de 24/09/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 472/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim

Arapongas, Esperança e Esplanada, com sede e foro no município de Colombo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza a construção de Pequena Central Hidrelétrica São Jorge I, com eixo da barragem localizado no Rio Pitanga, município de Pitanga. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2002, de 01.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 182/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, visa autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica São Jorge I, com eixo de barragem localizado no Rio Pitanga, município de Pitanga.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 182/2002

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 182/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, o qual autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica São Jorge I, com eixo de barragem localizado no Rio Pitanga, município de Pitanga, nada há que impeça sua normal tramitação neste Poder, devendo ainda, ser considerada a importância do presente projeto para o desenvolvimento da região.

Assim sendo, o parecer desta Comissão é favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 182/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli visa autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica São Jorge I, com eixo de barragem localizado no Rio Pitanga, município de Pitanga-PR.

A matéria já tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça, vindo a esta Comissão para manifestação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.07.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Siqueira Campos, com sede e foro no município de Siqueira Campos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/2002, de 15.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 217/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Siqueira Campos, com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Primeiro de Maio - PROVOPAR, com sede e foro no município de Primeiro de Maio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2002, de 20.02.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 344/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Primeiro de Maio - PROVOPAR, com sede e foro no município de Primeiro de Maio.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 344/2002

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Primeiro de Maio - Provopar, com sede e foro no município de Primeiro de Maio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/2002, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Blumenstraus, com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2002, de 20.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 345/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Elio Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural Blumenstraus, com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Jardim Alvorada, com sede e foro no município de Maringá. PARECER

FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21.05.2002).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 356/2002**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Jardim Alvorada, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2002, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Serafina Carrilho, que altera o artigo 1º da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas disciplinares para declaração de Utilidade Pública de entidades no Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21/05/2002).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI NºS 358/2002 E 389/2002**

P A R E C E R :

As proposições em questão tratam dos Projetos de Lei nº 358/2002 e 389/2002, de autoria dos ilustres deputados Orlando Pessuti e Serafina Carrilho, respectivamente, que dispõem sobre a imposição de regras para a declaração de Utilidade Pública de organizações civis no âmbito do Estado do Paraná.

O Projeto nº 358/2002, já havia recebido parecer desta Comissão quando, em 10 de junho, o Plenário da Casa aprovou requerimento de anexação ao Projeto nº 389/2002. Entendemos não ser apropriada a anexação, visto que a intenção do deputado Orlando Pessuti será apenas a de acrescentar a apresentação de um documento, enquanto o escopo da deputada Serafina Carrilho é o de apresentar um novo texto legal contendo novas regras para a declaração de Utilidade Pública.

De qualquer forma, emitimos parecer favorável à sua aprovação, acrescendo à proposta do Projeto nº 389/2002 (Lei Carrilho) a proposta do deputado Orlando Pessuti, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI NºS 358/2002 E 389/2002**

Art. 1º - Terão direito a declaração de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná as organizações civis cujas atividades propiciem benefícios à população paranaense, cumpridos os requisitos desta lei.

Art. 2º - O Estado poderá declarar de Utilidade Pública pessoas jurídicas de direito privado e organizações civis sem fins lucrativos, manifestas através de:

- I - Associações filantrópicas;
- II - Associações recreativas;
- III - Fundações;
- IV - Cooperativas;
- V - Associações de classes;
- VI - Sindicatos;
- VII - Organizações Não-Governamentais;
- VIII - Instituições religiosas;
- IX - Clubes esportivos;
- X - Federações.

Art. 3º - As entidades referidas no artigo anterior deverão prever em seus estatutos pelo menos um dos seguintes objetivos sociais:

- I - promoção de assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação;
- IV - promoção gratuita da saúde;
- V - promoção da melhoria da qualidade alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio-ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento sócio-econômico e combate à pobreza;
- IX - experimentação não-lucrativa de novos modelos sócio-produtivos e de sistema alternativo de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - consultoria jurídica gratuita, visando o respeito aos direitos e garantias individuais;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - promoção de estudos e pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias alternativas nos setores agrícola, de combustíveis, e outros de interesse do Estado do Paraná.

Art. 4º - Poderão ser declaradas de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná as organizações civis formalmente constituídas e legalmente registradas no território brasileiro, cujos estatutos sociais claramente definam suas finalidades e objetivos, submetendo anual-

mente e voluntariamente suas contas, atividades e a consecução de suas metas sociais à avaliação do Estado.

§ 1º - A declaração de Utilidade Pública Estadual terá validade de um ano, podendo ser revalidada até o mês de dezembro de cada ano, após avaliação das atividades na forma preceituada nesta lei.

§ 2º - Nenhuma organização civil poderá participar de convênio ou receber recursos do Estado sem que esteja declarada de Utilidade Pública no referido exercício, devendo comprovar aptidão e regularidade anual de suas contas e atividades no território paranaense por Certidão expedida pela Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 5º - Todas as organizações civis declaradas de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná até o início da vigência desta lei deverão, até o prazo máximo de 15 de dezembro de 2002, proceder a revalidação da Declaração de Utilidade Pública junto à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de ofício endereçado ao deputado estadual, preferencialmente representante da região de atuação da entidade, contemplando todos os requisitos constantes do artigo 6º desta lei.

Art. 6º - Para declaração de Utilidade Pública, ou sua revalidação anual, as organizações civis deverão apresentar:

I - Estatuto Social registrado em Cartório de Títulos e Documentos no Paraná, incluídas as alterações;

II - Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

III - Certidão Negativa do Tribunal de Contas do Estado;

IV - Relatório de atividades comprovando a consecução dos objetivos estatutários da instituição nos últimos doze meses;

V - Cópia da Ata da última Assembléia Geral;

VI - Plano de Metas da entidade para o próximo ano;

VII - Cópia da Ata da última eleição contendo a relação de todos os dirigentes eleitos da entidade, indicando seus nomes, qualificações e atribuições;

VIII - Manter sede ou representação, comprovando atuação no Estado do Paraná.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - Provo-par (Ação Social), com sede no município de Guarapuava

e foro na mesma municipalidade. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/2002, de 27/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 372/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense - Provopar (Ação Social), com sede e foro no município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Independência - Ensino de Pré a 1º Grau, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/2002, de 11.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 408/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Independência - Ensino de Pré a 1º Grau, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/2002 de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alfeu Teodoro de Oliveira, com

sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2002 de 12.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 419/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alfeu Teodoro de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 419/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alfeu Teodoro de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoioamento:

Marcos Isfer e Orlando Pessuti.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Pereira de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2002, de 12/06/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 420/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de

Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Pereira de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 420/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Pereira de Oliveira, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoioamento:

Marcos Isfer e Orlando Pessuti.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Teodolino de Souza Franco, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2002, de 12/06/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 424/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários da Escola Municipal Teodolino de Souza Franco, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 424/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários da Escola Municipal Teodolino de Souza Franco, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoio: Orlando Pessuti e Marcos Isfer.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública Estadual o Movimento Pró - Paraná - Ente de Integração e Relações Institucionais do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 082/2002, de 17.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 438/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Movimento Pró-Paraná - Ente de Integração e Relações Institucionais do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Missão de Resgate Restauração e Vida ao Menor, com sede e foro no município de Paranaguá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 083/2002, de 18.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 441/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública a a Missão de Resgate, Restauração e Vida ao Menor, com sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 455/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade da Comarca de Ibiporã, com sede e foro no município de Ibiporã. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 084/2002, de 19.06.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 455/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade da Comarca de Ibiporã, com sede e foro no município de Ibiporã.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Herms Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1948, 1963 e 1964, de autoria do deputado Herms Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1952 a 1958, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1959 a 1962, de autoria do deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1967 a 1969, de autoria do deputado Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1972 e 1973, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1976, de autoria do deputado Iri-neu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1979 a 1983, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1985, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1986 a 1990, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1992, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1994, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para esclarecer aos senhores deputados se já ficou definida pela Mesa Diretiva desta Casa com relação às Sessões, visto que nos aproximamos do período eleitoral. Gostaria de saber se já foi tomada esta decisão, para que pudéssemos nos adequar à agenda da Assembléia com a agenda dos candidatos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Houve um entendimento entre as Bancadas que na semana teríamos sessões segundas, terças e quartas-feiras pela manhã. Foi solicitado que façamos as Sessões bem concentradas, mas sem ser Sessões Extraordinárias. Serão Sessões normais, sem direito a qualquer jeton.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Gostaria de parabenizar V. Exa. pela decisão. Até porque podemos concentrar mesmo.

Quero deixar um registro aqui, não é justo que dois ou três estejam aqui cumprindo a tabela, quando os outros estão fazendo o seu trabalho por aí. Todos nós temos o mesmo objetivo. A Assembléia não deve sofrer nenhum prejuízo, mas pedir a compreensão dos demais companheiros, porque fica bom para uns e extremamente difícil para outros. Parabéns a V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 447, 472/2001, 182, 217, 344, 345, 356, 358, 372, 408, 419, 420, 424, 438, 441 e 455/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS

4ª Sessão LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
Ata DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e dois, às 09h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, na biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, Ademir Bier, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Algaci Tulio. Dado início aos trabalhos o senhor relator, deputado Cezar Silvestri, agradeceu a presença de todos, salientando que a elaboração do pré-relatório está chegando ao seu final, em seguida passou a palavra ao senhor Osmar Buzinhani, que teceu comentários sobre a portaria 56. A questão da possibilidade de ser concedido incentivo aos produtores do leite foi amplamente discutida. No transcorrer da reunião foi dada a palavra a todos os presentes, que apresentaram propostas para a elaboração do pré-relatório desta CPI, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS

4ª Sessão LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
Ata DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dois, às 09h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, Ademir Bier, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Duílio Genari. Dado início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Orlando Pessuti, agradeceu a presença de todos, salientando que haverá uma reunião em Brasília com a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, envolvendo as CPI's Estaduais do Leite, para a entrega do pré-relatório para o deputado federal Moacir Micheletto. Em seguida foi marcada nova reunião para o dia 26 de junho às 13h00 visando a aprovação do pré-relatório desta CPI, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada

por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE ALIMENTOS

4ª Sessão LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
Ata DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dois, às 13h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Duílio Genari, Nelson Tureck, Divanir Braz Palma. Dado início aos trabalhos, o senhor presidente, deputado Orlando Pessuti, agradeceu a presença de todos, passando de imediato a palavra do pré-relatório desta CPI, relativo ao leite. Ao final da leitura, o deputado Cezar Silvestri agradeceu o empenho e dedicação de todos. Aprovado o pré-relatório, a reunião foi encerrada, tudo conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente ata, que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
4ª Sessão LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo senhor deputado Luiz Accorsi e contando com a presença dos seguintes deputados: Antonio Carlos Belinati, Fernando Ribas Carli, Renato Gaúcho, Cleiton Kielse e Waldyr Pugliesi. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 153/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 267/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Barat-

ter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 621/2001 de autoria do deputado Alborghetti. Parecer do deputado Fernando Ribas Carli, FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 20/2001 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Renato Gaúcho - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 598/2001 de autoria do deputado Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Fernando Ribas Carli - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 293/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cleiton Kielse - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 351/2001 de autoria da deputada Serafina Carri-lho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cleiton Kielse - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 96/2002 de autoria do deputado Orlando Pessuti e Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Osmar Prestes, secretário desta Comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

Balancetes:

OFÍCIO Nº 21

Curitiba, 11 de julho de 2002.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de Maio/2002, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Maio	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		data:31/05/2002
MÊS:Maio	Exercício: 2002	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	11.630.000,00	47.970.000,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	11.630.000,00	47.970.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	630.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	630.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	11.630.000,00	48.600.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	429.662,98	9.175.694,08
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	429.662,98	9.175.694,08
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	429.662,98	9.175.694,08
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	8.882.409,97	14.283.497,73
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	8.882.409,97	14.283.497,73
TOTAL	20.942.072,95	72.059.191,81

BALANCETE FINANCEIRO MÊS: Maio ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Maio Exercício: 2002	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/05/2002
--	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	11.011.532,91	45.073.056,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.094.528,44	37.678.547,13

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.917.004,47	7.394.508,96
DESPESAS DE CAPITAL	17.488,19	446.514,70
INVESTIMENTOS	17.488,19	446.514,70
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	11.029.021,10	45.519.570,79
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	529.414,57
PAGAMENTOS	0,00	529.414,57
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	398.989,45	16.496.144,05
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	398.989,45	16.496.144,05
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	398.989,45	17.025.558,62
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	9.514.062,40	9.514.062,40
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	9.514.062,40	9.514.062,40
TOTAL	20.942.072,95	72.059.191,81

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 22/2002

Curitiba, 11 de Julho de 2002.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JUNHO/2002, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Junho	MÊS: Junho Exercício: 2002	REF: GAR260A PAG.: 01 Data:30/06/2002
---	-------------------------------	---

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	10.690.000,00	58.660.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	10.690.000,00	58.660.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	630.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	630.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	10.690.000,00	59.290.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	975.790,63	10.151.484,71
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	975.790,63	10.151.484,71
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	975.790,63	10.151.484,71
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	9.514.062,40	14.283.497,73
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	9.514.062,40	14.283.497,73
TOTAL	21.179.853,03	83.724.982,44

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Junho	MÊS: Junho Exercício: 2002	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 30/06/2002
---	-------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	11.527.211,31	56.600.267,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.324.735,41	47.003.282,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.202.475,90	9.596.984,86
DESPESAS DE CAPITAL	20.324,00	466.838,70
INVESTIMENTOS	20.324,00	466.838,70
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	11.547.535,31	57.067.106,10
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	900,35	530.314,92
PAGAMENTOS	900,35	530.314,92
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.412.068,17	17.908.212,22
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.412.068,17	17.908.212,22
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.412.968,52	18.438.527,14
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	8.219.349,20	8.219.349,20
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	8.219.349,20	8.219.349,20
TOTAL	21.179.853,03	83.724.982,44

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade